



FRAGMENTAÇÃO POLÍTICO ESPACIAL DE GUARABIRA-PB E DESDOBRAMENTOS DAS PERDAS TERRITORIAIS

**MATEUS DOS SANTOS OLIVEIRA
BELARMINO MARIANO NETO**

**MATEUS DOS SANTOS OLIVEIRA
BELARMINO MARIANO NETO**

**FRAGMENTAÇÃO POLÍTICO ESPACIAL
DE GUARABIRA-PB E DESDOBRAMENTOS
DAS PERDAS TERRITORIAIS**



Campina Grande-PB | 2025



Universidade Estadual da Paraíba

Prof.^a Célia Regina Diniz | *Reitora*

Prof.^a Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Alberto Soares de Melo | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)

Cidoval Moraes de Sousa (UEPB)

José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)

Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Complexo Adm. Redentorista - Av. Dr. Francisco Pinto, nº 317, Bairro Universitário.
CEP: 58429-350. Campina Grande – PB.



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Alberto Soares de Melo | *Diretor*

Expediente EDUEPB

Design Gráfico e Editoração

Erick Ferreira Cabral

Jefferson Ricardo Lima A. Nunes

Leonardo Ramos Araujo

Assessoria Técnica

Thaise Cabral Arruda

Assessorias

Antonio de Brito Freire

Carlos Alberto de Araujo Nacre

Danielle Correia Gomes

Elizete Amaral de Medeiros

Efigênio Moura

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

O48f

Oliveira, Mateus dos Santos.

Fragmentação político espacial de Guarabira-PB e desdobramentos das perdas territoriais [recurso eletrônico] / Mateus dos Santos Oliveira e Belarmino Mariano Neto. – Campina Grande : EDUEPB, 2025.

130 p. : il. color. ; 15 x 21 cm.

ISBN: 978-65-268-0072-0 (Impresso)

ISBN: 978-65-268-0071-3 (7.400 KB - PDF)

ISBN: 978-65-268-0074-4 (Epub)

1. Geografia Política - Guarabira/PB. 2. Geografia Histórica - Guarabira/PB. 3. Fragmentação Territorial - Guarabira/PB. I. Mariano Neto, Belarmino. II. Título.

21. ed. CDD 911

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Mirelle de Almeida Silva – CRB-15/483

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

O meu Deus pela presença, e pelo seu
cuidado em todos os momentos, e a
mim, por minha tolerância, paciência e
coragem, **DEDICO.**

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ajudar-me neste árduo caminho, guiar-me, proteger-me nos dias ruins, estressantes e melancólicos e nos dias bons, divertidos e incríveis, obrigado Senhor!

A minha mãe, ao meu pai e aos parentes que se fazem família em minha vida, e a família que a vida me presenteou, em especial, Janderline Tomaz Justino, Daniele Santos da Cruz, Natália Freire Soares, obrigado por tanta confiança, apoio, ajuda, amizade, companheirismo, sinergia, e amor, foram imprescindíveis para percorrer os vários caminhos do curso.

A todos os professores e funcionários da Escola Cidadã Integral Técnica Márcia Guedes Alcoforado de Carvalho que se fizeram presentes nos meus últimos anos de Ensino Médio e foram de fundamental importância para o meu caminhar até a graduação. Em especial, os professores Ivanildo Fonseca dos Santos Cruz e Luís Soares.

Agradeço a todos que estiveram comigo, amigos, colegas e professores da UEPB. Em especial, aos colegas e amigos que estiveram comigo nesses 4 anos de graduação, estando presentes em inúmeras vezes e em inúmeros momentos, Nadielson Soares Rodrigues, Melquisedek De Oliveira Andrade, Kethilyn Safira De Oliveira

Andrade, Alessandra Soares, José Augusto Pereira, Jacksiel Da Silva Maximino, Sara De Farias Campelo, Mikael Bernardino Dos Santos, Ana Carolina Lima Soares, Katia Simone De Paiva Carvalho, Danilo de Oliveira Silva, e Marina Quirino Lira Dos Santos com toda sua “sinergia”.

Ao meu coautor/orientador Belarmino Mariano Neto que me acolheu como seu estudante, bolsista e orientando, obrigado por toda experiência, estudos compartilhados e por estar presente neste fechamento de ciclo.

Aos Professores, Prof. Ms. Elton Oliveira da Silva, Prof. Dr. Ivanildo Costa da Silva, Prof. Ms. Ana Carla dos Santos Marques e Dr^a Iany Elizabeth da Costa, por todo cuidado no ato de ensinar, de falar, e de comunicar-se com seus discentes de maneira tão humana e verdadeira. Aos funcionários da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, até aqui, meu muito obrigado.

O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si”

(Raffestin, 1993, p. 144).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
DISPOSIÇÕES INICIAIS SOBRE O OBJETO DE PESQUISA	19
GEOGRAFIA POLÍTICA: TERRITÓRIO, PODER E FRAGMENTAÇÕES TERRITORIAIS	22
CARACTERIZAÇÃO GEO-HISTÓRICA DE GUARABIRA-PB	37
DESMEMBRAMENTOS TERRITORIAIS EM GUARABIRA: O PODER LOCAL DAS OLIGARQUIAS	59
CONSEQUÊNCIAS DA FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL EM GUARABIRA	75
GUARABIRA E SUAS PRINCIPAIS PERDAS TERRITORIAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS	76
EMANCIPAÇÕES DOS MUNICÍPIOS EM RELAÇÃO À GUARABIRA	86
A FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL: A INFLUÊNCIA REGIONAL DE GUARABIRA E O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	117
SOBRE OS AUTORES	127

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa nasceu a partir de um projeto de iniciação científica (PIBIC/UEPB/FAPESQ-PB) denominado “Geografia Política: Fragmentação territorial de Guarabira/PB e dinâmicas do atraso regional”¹, da cota de 2022/2023, o qual teve como orientador, o Professor Belarmino Mariano, esse projeto foi executado por intermédio da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e de seu convênio com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ -PB), a qual teve o papel de fundação orçamentária da pesquisa. A principal abordagem durante o estudo foi aprofundar as questões teóricas acerca da nomenclatura “Geografia Política”, que começou a ser utilizada no século XIX e foi, posteriormente, formulada por Friedrich Ratzel (1844-1904),

1 Termo de outorga nº003/2022, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ)

com a institucionalização da Geografia Política enquanto disciplina (Martins, 1993).

Com a pesquisa, focamos especialmente no estudo das fragmentações territoriais ocorridas no município de Guarabira/PB. Este município possui um perímetro urbano que engloba uma cidade que polariza e centraliza comércio e serviços e tem o poder de influenciar o seu entorno. Ao analisar tais fragmentações territoriais, as quais ocorreram e se concretizaram por meio de ações políticas realizadas pelas oligarquias locais, enquanto estratégias para continuarem no poder, a pesquisa se propõe a levantar informações atuais sobre as consequências positivas ou negativas deixadas por tais ações fragmentárias sofridas tanto pelo município de Guarabira, quanto pelos municípios emancipados do seu território durante o auge do municipalismo brasileiro.

O municipalismo é a etapa republicana do contexto federativo do Brasil, tendo sua maior fase de fragmentação entre as décadas de 1950-1960, bem como entre 1970-1980 (Magalhães, 2007). Em virtude disso, Guarabira passou por todas estas etapas previstas por (Avel, 2015; Mariano Neto, 2015; Torres, 2011, Magalhães, 2007), chegando em seu estágio de fragmentação e perdas significativas de seu território, população e poder político-administrativos que afetaram profundamente a sua própria dinâmica política e territorial.

O processo de fragmentação territorial e criação de municípios na Paraíba, intensificou-se durante os anos de 1950 a 1970 (Bezerra, 2019). A Paraíba, em 1950 contabilizava-se apenas 41, passando para 171 e, posteriormente, para os atuais 223. Dessa maneira, Guarabira e as dezenas de municípios oriundos de sua base territorial ao longo da formação político-administrativa regional e local, fazem parte dos 223 municípios do Estado da Paraíba (Moreira *et al.*, 2003).

Como objetivo geral deste estudo analisamos a fragmentação territorial de Guarabira/PB através da ótica da Geografia Política, levando em consideração as consequências atuais positivas ou

negativas advindas destas ações fragmentárias. Além disso, estruturaram-se alguns objetivos específicos, tais como: caracterizar, territorialmente, o município de Guarabira no contexto regional; reconhecer as causas da formulação política e territorial guarabirense e o surgimento de novos municípios; realizar um estudo sobre os municípios que sofreram emancipações de Guarabira e mapear a região imediata de Guarabira.

Para que pudéssemos discutir o objeto de estudo de modo coeso e coerente com a Geografia Política, assim como nossos objetivos, foi necessária a escolha de uma das dimensões de território, pois, segundo Haesbaert (2004), existem 3 (três) dimensões: a cultural, econômica e a jurídico-política, que foram explicadas no decorrer do trabalho, sendo a última dimensão (jurídico-política), a escolhida como um local delimitado e apropriado por agentes sociais que detêm poder político (Sousa, 1995).

Dessa maneira, é imperativa uma definição de poder, uma vez que o mesmo está intrínseco em todas as vertentes do conceito, principalmente nesta que foi escolhida para desenvolvermos a pesquisa. Segundo Bobbio *et al.* (1998, p. 933) “[...] o poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referido a indivíduos e a grupos humanos como a objetos ou fenômenos naturais”. De acordo com Michaelis (2024), é a capacidade de controle e dominação. Por conseguinte, os conceitos de *Espaço-tempo* e *Sociedade-Natureza*, constituíram-se como o aporte teórico-metodológico deste trabalho, considerando os debates nas categorias de análise de território e poder e na perspectiva da Geografia Política. Nessa ótica, o presente estudo configurou-se como uma pesquisa qualitativa de cunho teórico. Posteriormente, realizou-se uma revisão bibliográfica a partir de autores como, Mariano Neto (2015), Silva, (2006) Haesbaert (1997, 2002), Castro (2005), Raffestin (1993), Costa (2008), Bobbio *et al.* (1998), entre outros. Foi pertinente a utilização de artigos, trabalhos de conclusão de curso e relatórios de pesquisa, que permitiram formular uma estrutura para o presente trabalho. Assim, o uso dos espaços das bibliotecas da UEPB e do município

de Guarabira e do portal de periódicos da CAPES, foram de grande valia para a pesquisa, além da utilização de dados secundários, por intermédio do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), e de estudos relacionados às temáticas cartográficas também se fizeram presentes.

Estruturalmente, este trabalho possui quatro capítulos, no qual o primeiro consistiu na introdução, a qual exhibe a estrutura e delimita o tema da pesquisa. O segundo, denominado ***Disposições iniciais sobre o objeto de pesquisa***, foi a seção em que se realizou uma breve explanação sobre o objeto de pesquisa e o município de Guarabira. Ele está dividido em dois subcapítulos. Posteriormente, temos a subseção 2.1 ***Geografia Política: território, poder e fragmentações territoriais***, que teve o intuito de elucidar as categorias de análise principais da pesquisa. A subseção 2.2, intitulada ***Caracterização Geo-história de Guarabira/PB***, em que discutimos a Geografia e a História do município, embora o território delimitado seja o ponto norte do trabalho.

O terceiro capítulo, intitulado ***Desmembramentos territoriais em Guarabira-PB: a influência do poder local***, discutiu-se sobre os conceitos trabalhados de forma mais acentuada, e o quanto o poder das oligarquias influenciaram nas fragmentações territoriais ocorridas em Guarabira, ocasionando uma nova organização territorial. Já o quarto capítulo, nomeado ***Consequências da fragmentação territorial em Guarabira***, destrinchou, em 3 (três) subseções, os ocorridos após as fragmentações do território guarabirense.

A subseção denominada 4.1 ***Guarabira e suas principais perdas territoriais, políticas e econômicas***, que focou em uma recapitulação da fragmentação ocorrida no século XX em Guarabira. O 4.2 ***Emancipações dos municípios em relação a Guarabira***, abarcou uma explanação maior dos municípios emancipados, deixando claro suas organizações territoriais e sua interdependência com o território de origem. E o 4.3 ***A fragmentação territorial: a influência regional de Guarabira e o fundo de participação dos***

municípios, que traz após os desmembramentos a consolidação de Guarabira enquanto centro polarizador, e em contrapartida, a diminuição do valor do seu FPM, por causa da diminuição de sua população para os demais municípios e ao final, tem-se as considerações finais e as referências.

DISPOSIÇÕES INICIAIS SOBRE O OBJETO DE PESQUISA

Guarabira se constituiu enquanto território político a partir de 1877 (Nunes, 2015). Permaneceu centralizando e influenciando a política e a economia da região circunvizinha até os dias atuais. No entanto, as novas unidades federativas buscaram/buscam se estabilizar na qualidade de territórios com maior autonomia, entre os quais se destacam: Caiçara (1908); Pirpirituba (1953); Alagoinha (1953); Mulungu (1959); Araçagi (1959); Cuitegi (1961); Pilõezinhos (1972) (Andrade, 2017). Vale ressaltar que algumas dessas municipalidades também sofreram fragmentações, a exemplo de Caiçara, que deu origem aos municípios de Belém (1957); Serra da Raiz (1959); Lagoa de Dentro (1961) e Logradouro (1994).

Nas fragmentações territoriais, que ocasionam novas organizações espaciais, estão presentes na história mundial, nacional, regional ou local, seja caracterizado por processos de distribuição das terras durante o período colonial (1534 a 1822) no Brasil (Alveal, 2015), com as capitanias e as sesmarias, ou seja, por intermédio das emancipações políticas, que alteram os territórios elevando-os, respectivamente, as categorias de vila, povoado, distrito e cidade.

Segundo Torres (2011), estas ações aconteceram por inúmeros motivos e interesses, e estes últimos, advindos circunstancialmente das ações e estratégias políticas do período imperial (1822-1889) e durante os períodos republicanos (1889-2025); contexto em que Guarabira se consolidou para menos espaço e menos poder político local (Moreira *et al.*, 2003).

De acordo com Moreira *et al.*, (2003), a Paraíba é composta atualmente por 223 municípios. Seu “descobrimento” aconteceu quase 100 (cem) anos depois da “descoberta” do Brasil, de modo que grande parte do seu território pertencia à capitania de Itamaracá, de onde foi desmembrado. Desse modo, Moreira *et al.*, (2003, p. 94) descreve que as principais atividades econômicas que ajudaram no desenvolvimento do estado da Paraíba foram “[...] a produção da cana-de-açúcar e a criação de gado, sendo elas as pioneiras”. Essas atividades se espalharam pelo interior do estado, condicionando o povoamento de diversas localidades, de modo que cada lugar produzia o que era vantajoso para a região, com isso, deu -se o início às atividades econômicas e à criação de vilas”. Sendo assim, Guarabira se enquadra exatamente nesse arranjo territorial de origem.

Nesse ângulo, este trabalho buscou analisar as consequências políticas e territoriais advindas da fragmentação territorial ocorrida no município de Guarabira/PB, que passou por uma redução do seu território e de sua população, bem como a realização de um papel diminuto nas relações de poder local e regional, reproduzindo o que Santos (2008) conceitua na qualidade de um espaço de utilidade, o qual passou a ser controlado por outros municípios. Ao levar-se em consideração que Guarabira controlava uma área de aproximadamente 808,32 km² e, após 1963, passou a ter apenas 165,74 km², suas perdas representam significativos 645,58 km² (IBGE, 2017).

Por meio desses dados, observa-se que Guarabira, com os seus 57.484 mil habitantes (IBGE, 2022), mesmo possuindo o maior contingente populacional e um considerável aglomerado demográfico regional, deixou de ter ou perdeu, significativamente, força socioeconômica e política, visto que há mais de quarenta anos, a cidade de

Guarabira e sua circunvizinhança não obtiveram êxito nas eleições para um deputado federal, para um representante dos interesses políticos da região perante a federação brasileira.

Com base na análise geográfica a partir do campo de visão da Geografia Política, enfocando questões de gestão do território e do poder, este trabalho tem como proposta deixar para a posterioridade uma contribuição científica, de valor documental, uma vez que há uma significativa carência de dados estruturados que sejam capazes de servir para um esclarecimento dos processos político-territoriais que foram o ponto de origem de alguns municípios da região polarizada por Guarabira/PB.

Partindo do pensamento de que as pessoas desconhecem, com frequência, sua própria história, principalmente os mais jovens (Soares, 2019), este estudo é de extrema relevância para sanar algumas lacunas de pesquisas anteriores, bem como para quem deseja compreender os processos sofridos por Guarabira e pela sua região circunvizinha. Tais processos nomeados como “fragmentações territoriais”, o que ocasionou novas organizações dos territórios, são intrínsecos às relações de poder local.

Para Mariano Neto (2015), essas relações representadas pelas famílias oligarcas que, por sua vez, reproduziam seus próprios interesses sobre o território, foram responsáveis pela formulação de novos territórios que foram emancipados como municípios. Compreender estas novas municipalidades, bem como entender o porquê da força polarizadora e centralizadora de Guarabira, é entender como elas se formaram e, por consequência, formularam também novas espacialidades, territorialidades e novas identidades. Além disso, é possível adquirir uma compreensão das dinâmicas urbanas atuais, bem como a influência que o território guarabirense ainda exerce sobre os outros, tanto é verdade, que existiu uma microrregião com seu nome, que existe uma Região Imediata também com seu nome: a Região Geográfica Imediata de Guarabira.

Além de alavancar os pontos acima citados, o que faz com que esta pesquisa se configure na condição de um trabalho importante, principalmente para as populações locais que residem nas cidades da Região Imediata de Guarabira, também propõe trazer dados estruturados e atualizados (objetivando alcançar uma contribuição para novos estudos), compreendendo que as dinâmicas atuais podem ser semelhantes a outras épocas, mas não iguais. Entendendo também que as cidades não são estruturas estáticas, estáveis e sem modificações, pelo contrário, elas se modificam durante o tempo porque as sociedades também sofrem mudanças.

GEOGRAFIA POLÍTICA: TERRITÓRIO, PODER E FRAGMENTAÇÕES TERRITORIAIS

Julgou-se importante trazer para o corpo deste trabalho, as bases teóricas e conceituais que foram fundamentais ao próprio desenvolvimento da Geografia Humana, ao incluir em suas preocupações o elemento político que já era vastamente explorado pelas ciências sociais, a saber: a Sociologia, a Filosofia Política, a Ciência Política e a Economia Política. Assim, a partir do século XIX, foram estabelecidos esses debates dentro da Geografia, ressignificando a própria ciência e lhe colocando no rumo dos debates futuros sobre o espaço-território, e do poder político na formação dos estados nacionais.

Ratzel foi um teórico alemão que teve sua primeira formação acadêmica em Zoologia. Tal formação, atrelada à influência sofrida através de autores da história como Curtius e Mommsen, teóricos da geografia como Ritter e Reclus. Pelos estudos de Charles Darwin, influenciaram as pesquisas ratzelianas a adquirirem um cunho mais naturalista, afetando sua concepção nos estudos geográficos (Raffestin, 1993). Autor de inúmeras obras importantes, intitulada “Geografia Política”, de 1897, destaca-se neste trabalho, na medida em que ela foi a responsável por iniciar a estrutura desta área da Geografia, bem como influenciar os estudos de teóricos da

Geografia Política (em todo o mundo, inclusive no Brasil) que surgiram a *posteriori* (Martins, 1993).

Ratzel, em seu artigo “O solo, a sociedade e o Estado”, publicado no Brasil, em 1983, argumenta que a Geografia Política se constitui na relação do Estado e do solo. De acordo com Costa (1992, p. 32-33), para Ratzel os

Estados são organismos que devem ser concebidos em sua íntima conexão com o espaço. Daí a necessária adoção do que sugere como um “senso geográfico” ou o fundamento geográfico do poder político, o qual não deve faltar aos “homens de Estado pragmáticos”. A ideia de organismo foi emprestada por Ratzel à biogeografia, para a qual o solo condiciona as formas elementares e complexas de vida. Nesse sentido, o Estado, como forma de vida, tenderia a comportar-se (por analogia) segundo as leis que regem os seres vivos na terra, isto é, nascer, avançar, recuar, estabelecer relações, declinar, etc. Por isso a analogia de que o solo, pelas suas características intrínsecas, “favorece ou emperra” o desenvolvimento dos Estados, é a idéia de que eles dependem de determinadas condições naturais, tais como a forma de relevo, as condições de circulação marítima e fluvial, etc., baseada na evidência empírica de que os “grandes Estados” desenvolveram-se sobre essas bases.

Este solo, interpretado como a materialidade do território, “construído por uma sociedade através da sua história; o enraizamento da sociedade e do Estado ao solo”, faz parte de uma relação essencial para a concepção do Estado (Castro, 2005, p. 68). No artigo citado de Ratzel (1983), ele realiza uma crítica em relação tanto às ciências políticas, quanto à sociologia moderna, ao analisar o Estado de maneira equivocada, não considerando a materialidade

territorial, tendo em vista que o mesmo, “não pode existir sem um solo” (Ratzel, 1983, p. 93), e Costa reafirmou essa ideia em sua interpretação das obras de Ratzel, defendendo que

O Estado sofre as mesmas influências que qualquer vida. As leis de extensão dos homens sobre a terra determinam a extensão dos seus Estados. Quase não se viu a criação de Estados nas regiões polares ou nos desertos, eles continuam a ser pequenos nas regiões tropicais, nas florestas virgens e nas grandes montanhas. Os Estados estenderam-se progressivamente com as espécies humanas; cresceram em número e dimensão com a população. As fronteiras não devem ser concebidas diferentemente do que como a expressão de um movimento orgânico e inorgânico; as formações estatais elementares assemelham-se evidentemente a um tecido celular: em todo lugar se reconhece a semelhança das formas de vida que emergem da ligação com o solo. Para todos, líquens, corais ou homens, esta relação é uma propriedade da vida, porque a condiciona. O solo favorece ou impede o crescimento dos Estados, como favorece ou impede o movimento dos indivíduos e das famílias (Ratzel, 1887, p. 60, traduzido por Pfrimer, 2011).

Na citação acima, pode-se observar claramente como Ratzel pensava e concebia a sua ideia de Estado, na qualidade de um organismo que era condicionado e influenciado pelo solo. De acordo com Andrade (1988, p. 45), Kjéllen, um dos discípulos de Ratzel, realizou, tomando como base essa conceituação, “[...] uma série de analogias: o território seria o corpo, a capital representaria o coração e os pulmões, as vias de transporte correspondem às artérias e às veias, os centros de produção seriam as mãos e os pés”, enfim, tudo isto apenas comprova a influência dos estudos de Ratzel em função de outros estudiosos.

Em se tratando do conceito de Estado, apesar da relevância dos pensamentos de Ratzel, o trabalho dele é debatido de inúmeras maneiras, além de apresentar similaridade em outros autores, como Weber (1982, p. 98-99), que afirma que o Estado é um órgão que detém o monopólio do poder, da legitimidade da força, logo, o “Estado é considerado como a única fonte do “direito” de usar a violência”. O autor ainda afirma que o Estado é uma relação de dominação e de submissão, tendo em vista que “para que o Estado exista, os dominados devem obedecer à autoridade alegada pelos detentores do poder”.

Para Hegel (2010, p. 16), o Estado em sua totalidade é organizado pela ética e racionalidade da sociedade, e é o local onde “os indivíduos, elevados à condição de cidadãos, nele se realizam”. Por fim das contas, o Estado se configura, grosso modo, como um país soberano e independente, em que é concebido por meio do solo/ território, do povo e da organização do governo. Neste contexto, a Geografia Política se destaca enquanto um termo formulado por Ratzel, intrínseco aos conceitos de Estado, território e poder. Nesse viés, a Geografia Política, no contexto de Ratzel, é uma geografia do poder expansionista do Estado por sobre o território (Castro, 2005). Ou seja,

Este ponto de partida considera o fato de que a geografia tenha se institucionalizado na segunda metade do século XIX europeu, num momento de grandes disputas territoriais no continente e de consolidação, não apenas da ideia de nação, mas da sua territorialidade política como uma condição essencial da sua existência. Tendo como objeto o conhecimento dos conteúdos e das dinâmicas espaciais, os estudos geográficos sempre ofereceram um importante recurso para a necessidade de controle do território, que se consubstancia no exercício do poder através tanto da expansão dos impérios da Antiguidade como através do aparato burocrático - institucional do Estado

moderno. Portanto, não é coincidência nem pecado original que o status acadêmico da geografia tenha institucionalizado um conhecimento útil para revelar, controlar e dominar territórios, para fazer a guerra, bem como para desvendar riquezas ocultas nas terras distantes que alimentaram as aventuras comerciais coloniais e imperialistas dos séculos XIX e XX (Castro, 2005, p. 42-43).

Nesta citação, nota-se a importância dada à Geografia Política, no que diz respeito ao controle e à dominação de territórios pelo Estado. Essa concepção de Ratzel é intrínseca ao contexto histórico do autor, quando da unificação da Alemanha por Bismarck. Neste sentido, Ratzel, sendo um estudioso de sua época, constitui a Geografia Política para compreender arranjos estratégicos, políticos e territoriais, buscando um Estado Alemão forte, dentro da lógica de seu conceito chamado “Espaço Vital”, definido por meio de um espaço que ofereça as condições naturais e espaciais, com o objetivo de promover a execução e o fortalecimento do poder de um Estado sobre o seu território. Portanto, é em sua matriz conservadora e autoritária que se conserva a “[...] ideia subjacente de um Estado forte, centralizador e ‘posto por cima’ da sociedade, como ele próprio” (Costa 1992, p. 34).

De acordo com Raffestin (1993), Ratzel propôs inúmeros conceitos os quais até hoje são utilizados. Por meio deles é que a Geografia Política se atualizou e se desenvolveu. Apesar da pertinência dos estudos de Ratzel na formulação da Geografia Política clássica, nesse caso, Raffestin (1993) faz uma crítica aos mesmos, ao considerar a Geografia Política como “[...] uma Geografia do Estado, pois veicula e subentende como uma concepção totalitária, a de um Estado todo-poderoso” (Raffestin, 1993, p. 16), isto é, “[...] a Geografia Política foi, inicialmente, abordada a partir de uma única dimensão, a qual colocava o fato político como mera manifestação do Estado”.

Raffestin (1993) considera a Geografia Política como a Geografia que estuda as relações de poderes, ou seja, ela não se estrutura através da visão unidimensional que considera apenas a expressão poderio do Estado, mas sim, considera os inúmeros poderes existentes na sociedade, pois segundo o autor, o “[...] poder se manifesta em todas as ações humanas” (Raffestin, 1993, p. 29).

Segundo Castro (2005), a Geografia Política configura-se como uma compilação de ideias políticas e acadêmicas, conectadas ao vínculo que ambas as ciências, a Geografia e a Política nutrem. A autora afirma, ainda, que é “[...] na relação entre a política – expressão e modo de controle dos conflitos sociais- e o território – base material e simbólica da sociedade – que se encontram os temas e questões do campo da geografia política” (Castro, 2005, p.41).

[...] possível então delimitar melhor o campo da geografia política. Sugiro aqui três dimensões necessárias aos problemas considerados pertinentes à sua análise: 1) o pressuposto da política, em seu sentido restrito, como central ao controle e à definição dos limites do cotidiano das sociedades, 2) o território como materialidade e arena dos interesses e das disputas dos atores sociais; e 3) o poder como um exercício resultante de relações assimétricas que se organizam no interesse do mundo social. [...] Reitero que a geografia política analisa como os fenômenos políticos se territorializam e recorram espaços significativos das relações sociais, dos seus interesses, solidariedades, conflitos, controle, dominação e poder (Castro, 2005, p. 52- 53).

A obra de Castro (2005) detalha questões sobre o território e a territorialidade, trabalhando com o conceito de escala e suas variações e concedendo um enfoque à compressão da administração do poder e suas influências na formação territorial. Sendo “território” um conceito de extrema importância para a Geografia Política,

será o próximo a ser explicado nesta pesquisa. No tocante a isso, segundo Sousa (1995, p. 84 *apud* Torres, 2011)

O território surge, na tradicional geografia política, como o espaço concreto em si que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidades: um grupo não pode mais ser compreendido sem seu território, no sentido de que a identidade sócio- cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto. Os limites do território não seriam, é bem verdade, imutáveis – pois as fronteiras podem ser alteradas, comumente pela força bruta, mas cada espaço seria, enquanto território, durante todo tempo, pois apenas a durabilidade poderia é claro, ser gerador de identidade sócio -espacial, identidade na verdade não apenas, com o poder controlador desse território Sousa (1995, p. 84 *apud* Torres, 2011, p. 36).

Através da citação acima, é possível compreender que o território surge de um determinado espaço (delimitado por agentes sociais), o qual é ocupado e apropriado e, por consequência da durabilidade da vivência, criam-se enraizamentos, o que formula relações identitárias, de afeto e de conexão, de maneira a não se desvincular o povo de seu território, de seu local de relações e experiências sociais.

Segundo Haesbaert (2003), ao realizar uma retrospectiva de seu longo processo de estudo em relação ao território, consegue-se agrupar 3 (três) vertentes: a) Jurídico-política: a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes, visto como o poder político do Estado; b) Cultural: prioriza a dimensão simbólico-cultural, mais subjetiva, em que o território é visto sobretudo como o produto da apropriação/Percebe-se

a valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço e; c) Econômica (normalmente economicista): bem menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho (Haesbaert, 2003, p. 13).

De acordo com Vale (*et al.* 2005), as 3 dimensões ou vertentes do conceito se relacionam, reciprocamente, entre si, e que todas estão em um mesmo nível de importância. Além de coexistirem, dependerá apenas de qual será a escolhida, destacada em determinado contexto, momento e interesses dos teóricos. Em função disso,

O território é um processo de conjugação de forças, de relações e produções interconectadas, de articulação dos aspectos econômicos, políticos e culturais, no tempo e no espaço. As relações entre esses diferentes elementos e aspectos das dimensões da EPC variam para cada lugar e momento e/ou período histórico. Na produção do território, ideia {super estinuturo} e matéria {estrutura} condicionam-se. As dimensões básicas (EPC) condicionam e são condicionadas na dinâmica territorial. Na dimensão econômica, sucintamente, o território é discutido como produto da divisão territorial do trabalho; na dimensão política ou jurídico-política, compreende-se o território como um espaço delimitado e controlado, no qual se exerce um poder, na maioria das vezes, relacionado ao Estado e, na cultural ou simbólico-cultural, o território é visto como um produto de apropriação/valorização simbólica. [...] Para Saquet (2004), as três dimensões (EPC) estão no mesmo nível e relacionam-se reciprocamente: há uma relação mútua entre ideia e matéria. Ora uma(s). ora outra(s) dimensão(ões), em cada lugar e momento e/ou período histórico, pode(m) predominar diante das demais [...] (Vale, *et al.* 2005, p.13-14).

Para os autores, território é um processo advindo de uniões interconectadas e articuladas de forças, aspectos econômicos, políticos e culturais, que estão delimitadas, estão arraigadas de tempo e são especializadas. EPC é a sigla que resume as três dimensões da categoria de análise desta pesquisa (Econômica, Política e Cultural), elas formulam e são formuladas pelos processos territoriais (Vale, *et al.* 2005).

Raffestin (1993) discute sobre a diferença do espaço e do território, argumentando que ambos não são iguais. O território não é o espaço, pois ele advém do espaço. A partir do momento em que um grupo social se apropria e limita determinado local, territorializam o espaço. O “espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si” (Raffestin, 1993, p. 144), deste modo, ele é constituído socialmente, através de “sistemas de malha, de nós e redes” (Raffestin, 1993, p.150), criadas a partir da ocupação de atores sociais com objetivos e interesses.

Tais sistemas formulam tessituras organizadas e hierárquicas permitindo o controle sobre “[...] aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído” (Raffestin, 1993, p. 151), ou seja, o território tornar-se um construto social (de)limitado, palco de relações de controle e de poder (Raffestin, 1993). Retornando às vertentes do território, observa-se que apesar das divergências, elas têm um ponto em comum: o poder sobre o qual se exerce no território, seja por meio de governantes, pela força identitária de um povo, ou pelo controle dos sistemas econômicos.

À custa disso, o território é o local que condiciona as possíveis realizações de estratégias ligadas às relações de poder (Castro, 2005). Nesse sentido, o poder que nasce dos interesses e das relações conflituosas ocorridas no território, torna-se uma “[...] noção central em geografia política e tem ajudado a compreender melhor os processos que presidem a organização do espaço” (Castro, 2005, p. 96).

Segundo Weber (1982 *apud* Castro, 2005), o poder é exercido quando há a imposição da própria vontade ou verdade sobre

o outro no interior de uma relação social, não se importando com as ações de resistência que possam vir a acontecer. Segundo Castro (2005), o poder ocorre quando um sujeito tem em suas mãos, sob seu controle, inúmeras vantagens e privilégios, tendo uma maior possibilidade de alcançar o efeito desejado e esperado em relação aos seus interesses.

Para Foucault (2020) o poder não é subjetivo, ele tem direção, objetivos, é calculado e repleto de miras e intenções. Raffestin debate em sua obra *“Por uma Geografia do Poder”* que “toda relação é um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação” (Raffestin 1993, p. 52). Segundo o mesmo autor, existem dois tipos de poder: o poder (nome comum) e o poder (nome próprio). Isto é,

A ambiguidade se encontra aí, portanto, uma vez que há o “Poder” e o “Poder”. Mas o primeiro é mais fácil de cercar porque se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. É o poder visível, maciço, identificável. Como consequência é perigoso e inquietante, inspira a desconfiança pela própria ameaça que representa. Porém o mais perigoso é aquele que não se vê, ou que não se vê mais por que se acreditou tê-lo derrotado, condenando-o à prisão domiciliar. Seria simples demais ver o Poder como o Minotauro encerrado em seu labirinto, em que Teseu pudesse ir para matá-lo de uma vez por todas. O poder renasce, mais terrível ainda, no encontro de Teseu com o Minotauro: o Poder está morto, viva o poder! Desde então, o poder torna-se perene, pois não é mais visível, é substancial com todas as relações: «Parece-me que é preciso compreender por poder primeiro a multiplicidade das relações de força que são imanentes ao domínio em que elas se exercem

e são constitutivas de sua organização. O poder é parte intrínseca de toda relação (Raffestin, 1993, p. 52).

A citação acima nos diz sobre um poder que, apesar de ser perigoso, é mais fácil de ser identificado, visto que é visível e concreto. Um exemplo desta categoria de poder seria a câmara de vereadores de uma cidade, enquanto estrutura maciça e existente no espaço, e que representaria o Poder político que discute e aprova leis que beneficiam (ou não) a população. E o poder, altamente ameaçador pela dificuldade em ser enxergado, se fazendo presente nas relações do cotidiano, um exemplo disso é a organização territorial de traficantes de drogas ilícitas, as quais, com frequência, não se tem uma estrutura, mas se exerce um poder, de forma que um traficante não vende onde ele não controla.

Dentro do contexto republicano e federativo brasileiro, o municipalismo tornou-se peça fundamental da organização política e territorial do país. Mas o tipo de federalismo adotado não é exatamente como em outros países, por exemplo, os Estados Unidos da América do Norte (EUA) ou de outras nações. Esse modelo já passou por dezenas de reformulações constitucionais e o peso político das regiões e das próprias elites dominantes e oligarquias regionais interferem diretamente nos processos políticos territoriais e em suas fragmentações, tanto na criação de novos estados como de novos municípios. Desse modo,

[...] As formas de organização política do território são importantes por revelar o processo histórico de formação dos interesses territorializados bem como para comandar as suas assimetrias. Há dois modelos clássicos de organização: o do Estado Unitário ou centralizado cujo melhor exemplo é a França e aquele do Estado Federal cujo exemplo clássico são os Estados Unidos (Dalari, 1986). No Estado unitário a muita homogeneidade interna e

coesão e administração se exerce somente a partir da capital [Centralização do poder nas mãos do Estado Federal]. [...] O Estado Federal [Descentralização do poder, ou seja, o poder dividido entre os entes federativos] ao contrário se funda na diversidade e tem sua origem na aliança pacto de coexistência firmado entre regiões e povos diferentes para afundar o estado- O pacto federativo (Castro, 2005, p. 130-131).

O Estado Federal configura-se como a diversidade de pontos centrais de poder, o Governo Federal é o responsável por controlar o todo e é aquele que dispõe de uma pequena parcela de poderes apenas como garantia da permanência da “unidade política e econômica”. Além disso, os Estados Federais são os responsáveis pelos seus próprios territórios, ou seja, o sujeito tem sua submissão relacionada ao Governo Federal e ao Estado Federal (Bobbio, *et al.* 1998, p. 481).

Segundo o art. 1º dos Princípios Fundamentais da Constituição de 88, o Brasil configura-se como República Federativa sendo formado pela junção dos Estados inseparáveis, os municípios e o Distrito Federal (No art. 18 compreende a União como também órgão presente na República Federativa Brasileira) constituindo-se como Estado Democrático de Direito. De acordo com o art. 2º, do Capítulo I das Disposições Preliminares da Constituição de 46 (presente no capítulo I da Organização Política - Administrativa do § 3º da constituição de 88):

Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos Estados, mediante voto das respectivas Assembleias Legislativas, plebiscito das populações diretamente interessadas e aprovação do Congresso Nacional (Brasil, 1946, p. 220).

Da mesma constituição, o art. 7º revela que o Governo Federal não poderá intervir nos Estados, salvo apenas em situações específicas, dentre as quais para garantir a autonomia municipal. Em relação à autonomia dos Estados, é importante ressaltar que na Constituição de 1943 temos:

Artigo 18. Cada Estado se regerá pela Constituição e pelas leis que adotar, observados os princípios estabelecidos nesta constituição.

§ 1º – Aos Estados se reservam todos os poderes que, implícita ou explicitamente, não lhes sejam vedados por esta Constituição.

§ 2º – Os Estados proverão às necessidades do seu Governo e da sua Administração, cabendo à União prestar-lhes socorro, em caso de calamidade pública.

§ 3º – Mediante acordo com a União, os Estados poderão encarregar funcionários federais da execução de leis e serviços estaduais ou de atos e decisões das suas autoridades; e, reciprocamente, a União poderá, em matéria da sua competência, cometer a funcionários estaduais encargos análogos., provendo às necessárias despesas (Brasil, 1946, p. 233-234).

Observa-se a autonomia dos Estados legitimados pela lei, eles são regidos por Constituição própria e provêm as necessidades e interesses do seu próprio governo. Segundo o site do Senado Federal ([2018?]), o federalismo configura-se como uma maneira de organizar e distribuir o poder estatal dividindo incumbências e competências entre o governo central e os demais Estados-membros. No caso do Brasil, temos a União, os estados e os municípios como unidades federativas.

Apesar do caráter “descentralizador” e “federalista”, o Brasil não segue todos os pressupostos pregados pelo federalismo.

Segundo Camargo (1999) não há um federalismo genuinamente democrático no país, mas sim, um federalismo oligárquico. A autora considera que o federalismo só pode ser explicado a partir dos regionalismos existentes no país para que assim possa-se compreender como determinadas alianças políticas marcaram o Brasil nos anos 30 (recorte temporal que a autora utilizou em sua pesquisa) e na atualidade.

Compreender as mudanças constitucionais que ocorreram, a partir da ótica das negociações regionais e dos vários interesses que estão sempre presentes, almejando usufruto de certos benefícios é de extrema importância para o entendimento do contexto político brasileiro. Ao longo do século XX, os arranjos federalistas com frequência exacerbada modificaram-se. Todavia os pactos regionais não perderam sua importância. Dentro dos Estados brasileiros, o peso das capitais de Estados, que são os municípios sedes e dentro dos municípios que têm as suas cidades sedes. Concentra-se o peso político e a definição territorial por excelência. Isso provocou, em muitos casos, a pressão dos Distritos, na medida em que cresciam e se fortaleciam economicamente a lutarem pela sua emancipação política e territorial. Para compreender os desmembramentos ou as fragmentações territoriais ocorridas no município de estudo, foi explorado um pouco sobre o conceito, segundo o dicionário Michaelis (2024, p. online) a palavra desmembramento é o “Ato ou efeito de desmembrar(-se); desmembração, ou a separação de um todo em partes; desagregação, divisão, loteamento, partilha, parcelamento de um terreno em lotes”, ou seja, desmembramento territorial diz respeito a processos fragmentários, de separação, desagregação do próprio território.

De acordo com Moraes (*et al.* 2021, p. 51) “[...] os desmembramentos territoriais, nas diversas escalas em que ocorrem, são um dos temas interdisciplinares mais abrangentes da Geografia na categoria dos estudos do território.” As fragmentações territoriais, como já falado, estão presentes em inúmeras escalas, contextos e momentos da história mundial e nacional. Como aponta Martins (2001), quando compara as organizações das colônias portuguesas

e espanholas durante os séculos de XVI e XIX na América. É perceptível a diferença entre elas, uma vez que a política territorial portuguesa e suas colônias na América foi pautada em uma unidade, já no caso das colônias espanholas, observou-se claramente o predomínio de processos fragmentários.

Ao falar-se do Brasil colonial, por exemplo, pode-se falar a respeito das capitanias hereditárias na qualidade de recorte territorial e uma marca da colonização (Torres, 2011). Segundo Michaelis (2024-online), a capitania hereditária configura-se como a “[...] primeira divisão administrativa das terras do Brasil e que se transmite por herança”, isto é, de pai para filho. Elas representaram a terceirização e a privatização dos processos coloniais, já que a coroa portuguesa queria poupar gastos próprios (Moraes, 2001).

De acordo com Martins (2001, p. 266-267) “[...] a divisão territorial do Brasil não é um fenômeno novo. Sempre gerou propostas, estudos e acaloradas polêmicas na vida política brasileira”, desde a divisão pelas capitanias hereditárias, até na formulação de “[...] novos estados da Federação, seja através da fragmentação ou desmembramento de estados existentes, elevação de territórios a estado ou transformação de regiões em territórios” (Martins, 2001, p. 266-267).

Em linhas gerais, os debates teóricos e conceituais apresentados pelos autores citados, nos permite refletir sobre duas importantes categorias de análise: o espaço e o território na perspectiva geográfica. Estas foram as bases para a relação com a ideia de organização político territorial e as hierarquias de poder em diferentes escalas. Foi a partir daí que elencamos a formação territorial de Guarabira e suas perdas espaciais foram se configurando. Ao perder território, o município também perde população, infraestrutura e em muitos casos, porções importantes de uma dinâmica própria.

CARACTERIZAÇÃO GEO-HISTÓRICA DE GUARABIRA-PB

Este subcapítulo focou na caracterização geográfica e histórica do objeto de pesquisa: o município de Guarabira. Ele está localizado no Estado da Paraíba e, atualmente, sua extensão territorial é de 162,387 Km², tendo um contingente populacional de aproximadamente 57.484 habitantes e apresentando uma densidade demográfica de 353,99 habitantes por Km², (IBGE, 2022).

De acordo com o IBGE (2017), Guarabira tem sua localização na Região Imediata de Guarabira, a qual abrange mais de 26 municípios, e na Região Intermediária de João Pessoa, tendo seus limites delimitados da seguinte forma: “ao Norte com Pirpirituba, ao Sul com Mulungu e alagoinha, a Leste com Araçagi, e ao Oeste Com Cuitegi e Pilõesinhos” (Melo,1999, p. 23). A seguir, observe na (Figura 01):

Figura 01: Localização de Guarabira na Região Imediata de Guarabira.



Fonte: Silva, Danilo Oliveira (2023); adaptado a partir do IBGE (2017;2021).

O município guarabirense está aproximadamente a 98 km de João Pessoa e a 100 km de Campina Grande, bem como a 198 Km do município de Natal-RN, e a menos de 250 km do Recife-PE (Prefeitura Municipal de Guarabira, s/d). As coordenadas UTM do município guarabirense são 9229502 e 220371 e as coordenadas geográficas são: 6°48'41" Latitude Norte e 6°57'52" Latitude Sul; 35°22 '50" Longitude Leste e 35°31'48" Longitude Oeste (Arruda, 2008, p. 18). De acordo com Arruda (2008), Guarabira encontra-se inserido na Depressão Sub Litorânea entre o Planalto da Borborema e o Litoral do estado localizado em específico, no Piemonte da Escarpa Oriental do Planalto da Borborema (IBGE, 2010).

Guarabira, no passado, abarcava uma grande área territorial (Grangeiro, 2019), que de acordo com Alves (2007, p. 24 *apud* Torres, 2011, p. 27) conseguiu, por consequência dos muitos desbravamentos que aconteceram na Serra da Copaoba realizados por exploradores da França, de Portugal e Holanda, objetivando encontrar ouro e pau-Brasil. Os portugueses, no processo de colonização, afugentaram os demais e colonizaram toda a capitania de Itamaracá que originou o atual Estado Paraibano. Na formulação do território guarabirense, ou melhor, na formação do povoado, bem como da vila e posteriormente, da cidade de Guarabira, estão presentes nomes de portugueses como o do Padre Francisco Ferreira, Duarte Gomes da Silveira, José Gonçalves de Costa Beiriz, João Milanês, Miguel Dias, entre outros (Melo, 1999). Ainda de acordo com Melo (1999), Guarabira nos primórdios de sua origem, começava proeminentemente a ser citada a partir da descrição de Elias Herckmans, ex-governador holandês sobre a Serra da Copaoba:

Cinco a seis léguas dos currais de Duarte Gomes da Silveira, para o ocidente e sudoeste, fica a terra ou Serra da Cupaoba, ou como outros dizem Ocupaoba. Seus montes são muito altos e as suas encostas muito íngremes, e por essa razão o caminho de que se tem servido alguns viajantes curiosos, corre obliquamente ao longo da serra, de sorte que se há de passar um

dia inteiro a percorrê-lo para se chegar acima. Sendo aí chegado, encontra-se uma planície grande e igual, e tão extensa é que ninguém ainda foi até a outra extremidade. (Herckmans, 1982, p. 265).

Nota-se neste trecho, o nome de Duarte Gomes da Silveira, sendo citado enquanto dono de currais. O mesmo, colonizador português, além de ter feito parte do processo de povoação de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, edificou nas terras da futura Guarabira, o engenho Morgado (Nunes, 2015 *apud* Evangelista, 2022), o qual será retomado mais à frente quando tratarmos do povoamento e da criação da vila da atual cidade.

Por conseguinte, ainda é possível analisar, nos escritos de Herckmans (1982), o quanto a Serra da Copaoba era difícil de ser desbravada, por consequência de seus caminhos e encostas escarpadas, bem como a existência de uma extensa planície, a qual não se enxergava seu fim. Melo (1999) afirma que Elias Herckmans, no dia 03 de setembro de 1641, saiu da cidade de Recife em direção à cidade de Frederica, onde, encontrando-se com sua comitiva, partiu para desbravarem a Serra da Copaoba, com o intuito de encontrarem ouro.

O ouro, porém, não foi encontrado, encontrou -se em seu lugar uma elevação “[...] resplandecente, apenas possíveis cintilações de mica que o sol encandeia” (Melo, 1999, p. 46) e uma terra fértil de águas abundantes (Torres, 2011). “A faixa territorial que compreende o atual município de Guarabira foi uma decorrência da ocupação da Serra da Copaoba, muito presente nos escritos de Heckmann” (Melo, 1999, p. 55). O território guarabirense, assim como outros municípios, foi desmembrado a partir da concessão de sesmarias, no qual o imperador concedia por meio de titulação, terras para pessoas confiáveis perante a coroa.

Desse modo, a “extensão territorial da Serra da Cupaoba foi dividida em 14 sesmarias, unicamente com a intenção de povoar e cultivar as mesmas” (Torres, 2011, p. 29). Em se tratando de

Guarabira, entre aqueles que controlavam as sesmarias na região, se destacam os nomes de Padre Francisco Ferreira, o qual é considerado um dos primeiros donos de terras no local, Duarte Gomes da Silveira e José Rodrigues Gonçalves da Costa Beiriz (Torres, 2011). Ainda de acordo com Brandão (2010), Duarte Gomes da Silveira (Duarte Gomes) foi titulado pelo rei de Portugal a Capitão- mor da Serra da Cupaoba, “esteve [presente] na conquista da Paraíba, guerreou na Cupaoba, obteve por isso muitas terras, fundou engenhos e currais e tornou -se assim um dos mais ricos povoadores da Capitania” (Brandão, 2010, p.198), bem como foi um dos primeiros latifundiários da região. Em vista disso,

O senhor Duarte Gomes da Silveira contribuiu muito para o surgimento da povoação de Guarabira, sendo um dos pioneiros nesse processo. Ele iniciou a pecuária e a agricultura nas férteis caatingas Guandus, perto onde hoje estão localizadas as terras do município de Araçagi (Lucena, 2007, p. 30).

A afirmação de Lucena (2007) pode ser comprovada através do mapa criado em 1647 por George Marcgraf (figura). Segundo o site do banco de dados holandês *Atlas of Mutual Heritage-AMH* (Atlas do Patrimônio Mútuo. [201-?]), durante os anos de 1630 a 1654, boa parte do Brasil foi comandado pelos holandeses. Os dados históricos dos relatos apresentados pelas expedições holandesas em território paraibano, ao ponto de chegarem até os nossos dias, nos ajudam a compreender o processo de dominação política econômica e territorial em disputa.

Essa é uma etapa importante na formação territorial do Brasil, tendo que conviver com grandes movimentos colonialistas e mercantis, em que o “novo mundo” e a própria dinâmica de controle territorial ainda era muito frágil e envolvia, conseqüentemente, pesados esforços dos navegadores e dos seus interesses em adentrar em um mundo desconhecido, marcado por violência contra os

povos nativos e respondidas também com violência. Assim, a área destacada neste trabalho foi cartografada pelos cartógrafos e pelos pintores holandeses: Cornelis Goliath, Georg Marcgraf e Franz Post. Vale ressaltar que as datações não são claramente definidas, por se tratar das primeiras incursões de entradas colonialistas para o interior do território paraibano que estava sendo disputado pelas grandes potências colonialistas europeias da época, ao exemplo de Portugal, França e Holanda (Figura 02):

Figura 02: Mapa Cartográfico de Frans Post (et al. 1647)²



Fonte: Original pertencente à Coleção da Biblioteca Nacional KB dos Países Baixos (2024).

² Mapa intitulado de: "Praefecturae de Paraiba, et Rio Grande"

O mapa original abarca as antigas Capitanias da Paraíba e do Rio Grande do Norte, as quais são representadas pelos seus brasões. No canto superior direito, há a representação de uma pequena vila, a qual contém uma modesta igreja e uma população indígena trabalhando para os holandeses. No lado superior esquerdo, há a representação de um engenho de açúcar, que está inserido de maneira mais completa nas cartas das Capitanias de Pernambuco e de Itamaracá (Atlas do Patrimônio Mútuo, [201-?]).

Todavia, a título de centralização da pesquisa, focaremos apenas na Capitania da Paraíba, mais especificamente, nos locais destacados no mapa, em que aparece o registro do Engenho de Duarte Gomes, base dos primeiros registros históricos para a futura fundação do povoado, vila e cidade de Guarabira que anteriormente recebeu outras denominações. O Registro cartográfico foi fundamental para as origens espaciais e territoriais de Guarabira (Figura 03):

Figura 03: Localização de Guarabira com destaque para os engenhos de Duarte Gomes.



Fonte: Adaptado a partir do acervo da Coleção da Biblioteca Nacional KB, Países Baixos (2024).

Observa-se na segunda imagem, um destaque para a missão de Guarabira, denominada na época de “Guiraobira”. E ainda a presença dos currais de Duarte Gomes, aquele já muito citado neste trabalho. Não é somente Duarte Gomes, com toda sua influência no século XVI na Paraíba, e principalmente em terras guarabirenses, sob o regime do Imperador Dom Felipe II, que fez história na concretização do atual município de Guarabira (Melo,1999). José Rodrigues Gonçalves da Costa Beiriz (Costa Beiriz), é outro personagem português muito importante para a história da cidade:

Sabe-se que quando houve, em 1755, a 01 de novembro, em Portugal, o espantoso terremoto que, só em Lisboa, matou mais de 40.000 pessoas e destruiu a cidade, aquele que seria mais tarde o fundador de Guarabira, tomado de pânico ante o cataclisma, protestou junto a Nossa Senhora da Luz, orago de Beiriz, que se mudaria de Portugal com a família, conduzindo a veneranda Imagem. Edificar-lhe-ia uma capela em outra terra não sujeita a abalos sísmicos, e nela morreria. Assim jurou e assim o fez (Melo, 1999, p.58).

Como afirma Melo (1999) alguns pesquisadores atribuem a origem da Vila e depois a cidade de Guarabira, a Costa Beiriz, mas reafirmamos a importância de Duarte Gomes no quesito da povoação portuguesa nestas terras. Segundo Torres (2011, p. 29), a história do município pode ser analisada através de quatro momentos, “[...] o momento da sua formação territorial, o momento da povoação de Guarabira, o momento da criação da vila e o momento da criação da cidade”.

Como apontam IBGE (2010), Nunes (2015) e a Prefeitura Municipal de Guarabira (2023), Costa Beiriz aqui se estabeleceu juntamente com sua família, edificando uma capela em homenagem à Nossa Senhora da Luz, cujo terreno foi comprado das mãos do Padre Francisco Ferreira (Mello, 1999). De acordo com dados

da Prefeitura Municipal de Guarabira (2023), João Milanez já havia construído uma capela para Nossa Senhora da Conceição em meados de 1730, porém, foi substituída pela Capela de Nossa Senhora da Luz, que posteriormente ao ano de 1755, tornou-se padroeira do povoado, e, depois, da Paróquia de Guarabira (Catedral da luz, [201-?]):

O tempo destruiu a ermida de N. S. da Luz de 1755 e conservou a de N. S. da Conceição de 1730; de forma que, quando 107 anos depois desta última data, em 1837, criou-se a Freguesia de Guarabira, a Matriz passou a ser a primitiva capela de N. S. da Conceição, que perdendo invocação passou a se denominar: Matriz de N. S. da Luz (Melo, 1999, p. 59).

Segundo Melo (1999), a capela de Ns^a. Sr^a. da Luz, que provavelmente estava localizada nas terras de Costa Beiriz, foi desgastada pelo tempo. Este mesmo tempo que desgasta a capela, também foi o responsável por consolidar no povoado a devoção à virgem da Luz, a antiga capela da virgem da Conceição mudou-se então de denominação (Catedral da Luz, [201-?]). Assim como a Capela foi um marco na história guarabireNSE, o engenho de Duarte Gomes, chamado Morgado, também teve sua importância. Segundo o IBGE (2010) e Nunes (2015), é a partir deste arcaico engenho, que a muito já não funcionava, que se considera o primeiro local da fundação da Cidade de Guarabira. Em vista disso,

[...] Por força de lei provincial, em 29 de novembro de 1832, foi constituído o “Distrito de Paz”, no antigo povoado derivado do Engenho Morgado. Tendo em vista o grande potencial econômico, a povoação foi crescendo e, em 1837, foi elevado à condição de Vila, com o nome de Independência, através da Lei Provincial n.º 17 de 7 de abril de 1837, instalando -se

efetivamente no dia 11 de novembro do mesmo ano. Vinte anos depois, no dia 10 de outubro de 1857, foi criada a Comarca de Guarabira. Devido a questões políticas, um ano depois a nova comarca foi extinta, e restaurada em 1870. Novamente extinta em 1871 e definitivamente restabelecida, a 25 de julho desse mesmo ano. [...] Por força da lei provincial nº 841, de 26 de novembro de 1887, foi elevada a “VILA DE INDEPENDÊNCIA”, à categoria de cidade, sendo denominada de “GUARABIRA”, com seu comércio e sua força, até hoje é considerada uma das maiores do estado (Prefeitura Municipal de Guarabira, [201-?], p. *Online*).

A citação acima resume anos de história guarabirense, destacando respectivamente, a criação do distrito da Paz, o qual foi elevado à categoria de Vila e, a *posteriori*, a criação da cidade com a nomenclatura de Guarabira. Segundo Melo (1999) a vila de Independência já mostrava um desenvolvimento considerável, porém foi nos anos 80 do século XIX que este desenvolvimento despontou e cresceu de maneira mais rápida, muito por causa da chegada do trem. No tocante a isso, as

Riquezas começaram a surgir da noite para o dia: ergueram-se casarões e sôtãos na rua da Matriz e nas ruas ao redor delas. O trem de passageiros e cargas cortava a cidade, trazendo progresso ao comércio local e de toda a região polarizada pelo Município de Guarabira. Os caminhos que vinham do Agreste da Borborema, do Curimataú, do Brejo e do Rio Grande do Norte em direção ao Porto de Salema e ao Porto de Cabedelo, desembocava diretamente nos armazéns de beneficiamento onde maquinarias se instalavam em ritmo acelerado. A vila já dispunha de agência dos Correios, de uma estação ferroviária, com

lojas comerciais, com uma bela Igreja, com duas Escolas Mistas Rudimentares, Câmara e Intendência Municipal, além de 10 ruas de aspecto de uma cidade em franco progresso (Melo, 1999, p. 68-69).

Como podemos observar, a vila que originou Guarabira estava veementemente em um vultoso progresso. Barbosa (*et al*, 2018) ratificam a afirmação de Melo (1999), quando discorrem sobre a importância do trem para um desenvolvimento econômico mais acelerado da vila de Independência. Ele proporciona o escoamento da atividade agrícola/econômica mais importante na época, o algodão. O trem também possibilitou um aumento do fluxo de pessoas na região, sendo possível o crescimento do comércio e o surgimento das indústrias com o passar dos anos. Desse modo,

O transporte ferroviário, que lá chegou em 1884, fortalecendo -a, a ponto de sobrepujar Mamanguape, no litoral, e Areia, no brejo, consolida liderança comercial favorecida pela proximidade do Rio Grande do Norte e microrregião do Curimataú cujos comboieiros a transformaram em, desde a passagem do século, animado centro de trocas (Mello, 1998, p. 21).

Como afirma Mello (1998), a chegada das ferrovias, bem como a ótima localização de Guarabira que lhe favorecia proximidades com Campina Grande, a capital do Estado, Rio Grande do Norte etc., fortaleceu sua economia e seus inúmeros setores de tal maneira, que fez como que se sobressaísse as cidades de Mamanguape e Areia, convertendo-se a um polo atrativo juntamente com as cidades de “João Pessoa, Campina Grande, Patos, Catolé do Rocha, Sousa e Cajazeiras” (Mello, 1998, p. 21).

Assim sendo, como aponta Melo (1999, p. 69) “[...] foi nesse clima de entusiasmo comercial que o Presidente da Província

sancionou uma Lei Provincial, elevando a vila da Independência à categoria de cidade, com o nome de Guarabira”. Segundo a Prefeitura Municipal de Guarabira [201-?]), a etimologia da palavra “Guarabira” vem do Tupi e significa “Morada dos guarás”.

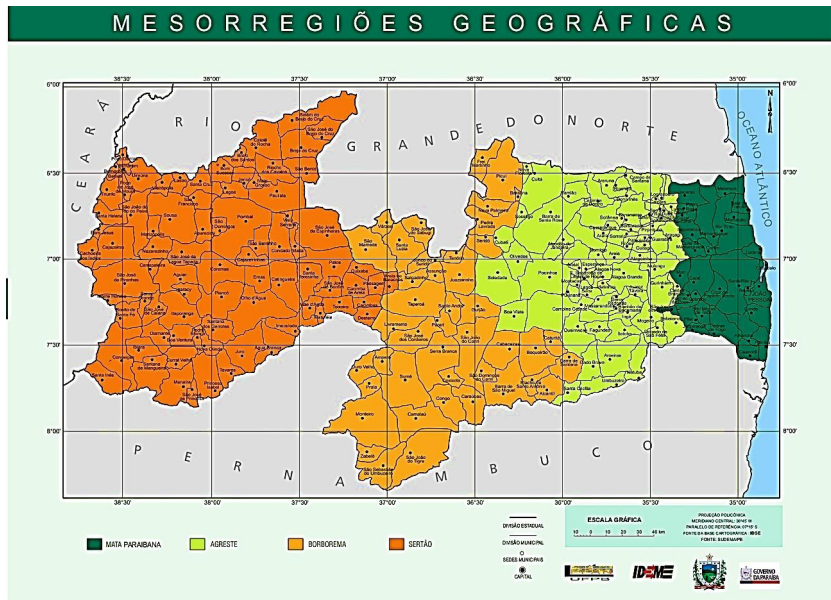
No entanto, Melo (1999, p. 63-64) aponta que não existe consenso entre os teóricos em relação ao significado do nome, de modo que uns afirmam que seja “[...] árvore dos pássaros”, ou “[...] árvore da raposa”, e até mesmo “[...] o guarás dos selvagens”. Enfim, ainda de acordo com o mesmo autor, “[...] o que consola é que ele nos pertence, só a nós”. O município de Guarabira controlava uma grande área territorial, porém, no decorrer do tempo seu território foi fortemente fragmentado, gerando vários outros territórios, os quais, *a posteriori*, se emanciparam e tornaram-se municípios (Grangeiro, 2019).

A expansão do domínio territorial que ocorreu com o antigo território de Guarabira, fez com que surgissem outros povoados e vilas, além do povoamento sede. Esses povoados e vilas foram anexados a Guarabira como territórios distritais. Obtendo neste processo destaque para formação dos distritos de Alagoinha, Araçagi, Cuitegi, Mulungu, Pilõezinhos e Pirpirituba. Estes hoje municípios, mas antigamente distritos de Guarabira tiveram uma importância fundamental para que Guarabira adquirisse poder territorial e conseguiu-se polarizar a sua microrregião (Torres, 2011, p. 40).

A grande questão é saber se, apesar da fragmentação, o território guarabirense não perdeu o poder de influência que a muito tempo havia desenvolvido e consolidado? Para Grangeiro (2019) e Barbosa (*et al.* 2018), Guarabira já polarizava a região circunvizinha, e os processos fragmentários ocorridos contribuíram para a geração de uma inter-relação de dependência econômica, cultural, política e social entre Guarabira e as demais cidades em seu

Em se tratando da antiga regionalização de 1990 proposta pelo IBGE, em relação a Paraíba, era dividida em 4 (quatro) mesorregiões: a do Sertão Paraibano, da Borborema, do Agreste Paraibano e da Mata Paraibana. Segundo o próprio IBGE (2017) mesorregião configurava-se como uma área distinta de uma Unidade Federativa que se apresenta com características próprias de organização do espaço, de maneira a se ter uma identidade regional única. Tal organização espacial era definida “[...] pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial” (IBGE, 2017, p. 72) (Figura 04):

Figura 04: Mesorregiões do Estado da Paraíba e Guarabira no Agreste paraibano.



Fonte: IDEME, (2022).

Antes dos estudos geográficos e cartográficos sobre as microrregiões geográficas da Paraíba, o Agreste paraibano sempre foi considerado uma área de transição, tanto por aspectos naturais, tendo em vista que sempre foi mais seca que o litoral, sofrendo as influências do relevo de depressão e da planície litorânea, em contraste com a Serra da Borborema que se estende de norte a sul, criando uma barreira natural com altitudes que variam dos 250 metros até a média de 500 metros em relação ao nível do mar.

Como podemos observar na figura (04), o mapa nos oferece a localização de cada mesorregião citada acima no território Paraibano. Guarabira, por sua vez, estava inserida na mesorregião do Agreste Paraibano e na microrregião de Guarabira. As microrregiões foram constituídas como partes ou divisões das mesorregiões que apresentam singularidades em relação a sua organização espacial. Neste sentido,

Essas especificidades [e/ou singularidades] não significam uniformidade de atributos, nem conferem às Microrregiões autossuficiência e tampouco o caráter de serem únicas, devido a sua articulação a espaços maiores, quer à Mesorregião, à Unidade da Federação, quer à totalidade nacional. Essas especificidades referem-se à estrutura da produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral e pesca. Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares (IBGE, 1990, p. 8).

Como pontua Grangeiro (2019), a antiga regionalização da Paraíba possuía quatro mesorregiões, subdivididas em 23 microrregiões. Guarabira, em se tratando do quadro das microrregiões (IBGE, 2017) cedia seu nome à microrregião de Guarabira, o que consequentemente representou sua influência e seu poder de polarização em relação às demais cidades, as quais totalizavam no

mínimo 14 municípios, dentre estes, 6 (seis) advindos da fragmentação de seu território (Grangeiro, 2019).

Como a nova regionalização proposta, tal configuração modificou-se. E o que era antes Mesorregião e Microrregião passou a ser, respectivamente, Região Geográfica Intermediária e Região Geográfica Imediata. No tocante às Regiões Geográficas Intermediárias comparando com as mesorregiões, a quantidade permaneceu igual. Todavia, houve certas mudanças, até porque a dimensão utilizada para esta regionalização foi a de rede urbana. A nova regionalização, por sua vez, utiliza a dimensão da rede urbana, desconsiderando as abordagens culturais e naturais que antes eram consideradas. A Mesorregião da Mata Paraibana, além da nova nomenclatura (Região Geográfica Intermediária de João Pessoa) também cresceu em sua área de influência.

Boa parte da mesorregião do Agreste e toda a área da Borborema formaram a Região Geográfica intermediária de Campina Grande. E por último, o Sertão Paraibano agora configura-se em duas Regiões: as Regiões Geográficas intermediárias de Patos e Sousa-Cajazeiras (Grangeiro, 2019). Guarabira está inserida na Região Geográfica intermediária de João Pessoa (RGI/P, IBGE, 2017).

Quando se realizou a comparação da Região Geográfica Imediata de Guarabira com a antiga microrregião de Guarabira, notou-se que a quantidade de municípios, os quais são influenciados por Guarabira, aumentaram. Na antiga regionalização, Guarabira a influenciava em torno de 14 cidades, agora, na regionalização vigente, deixando documentado que sua área de influência é bem maior, Guarabira polariza mais de 20 unidades federativas. Ainda sobre a Região Geográfica Imediata o IBGE as descreve da seguinte forma:

As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais

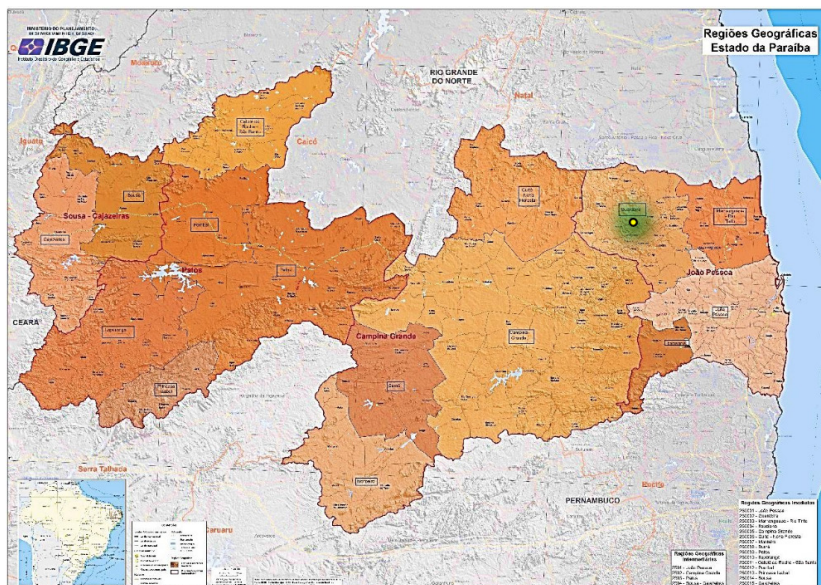
como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros

As Regiões Geográficas tanto intermediárias quanto imediatas têm como abordagem, como já falado, as redes urbanas, sendo assim, a discussão agora será sobre a rede urbana e as áreas de influência. Segundo Rodrigues *et al.* (2007, p. 51) a palavra “rede” origina-se de um termo francês, “réseuil” que, por sua vez, tem sua origem do latim “ratioles”, e de maneira inicial, significava o “conjunto de linhas entrelaçadas”. Pode-se comparar em uma simetria tais linhas, as quais se encontram e que estão ligadas entre si como vias de acesso, estradas, por exemplo, que interligam determinados locais a outros, permitindo a circulação de fluxos, de pessoas, serviços e informações. Neste seguimento,

[...] o ordenamento do espaço em redes tem como função primordial facilitar e agilizar a comunicação e a circulação dos fluxos entre um ponto e outro do espaço, podendo isto ser observado em todas as escalas de análise, desde o espaço local, até o espaço globalizado (Rodrigues *et al.* 2007, p. 51).

Ao falar-se sobre as Regiões Geográficas Imediatas, a Paraíba possui, segundo o IBGE (2017), 15 delas, das quais, Guarabira, além de sua inserção na Região Geográfica Intermediária de João Pessoa, também está inserida na Região Geográfica Imediata de Guarabira (Figura 05):

Figura 05: Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas da Paraíba.



Região Geográfica Intermediária de João Pessoa:

Regiões Geográficas Imediatas: João Pessoa, Guarabira, Mamanguape-Rio Tinto, Itabaiana.

Região Geográfica Intermediária de Campina Grande:

Regiões Geográficas Imediatas: Campina Grande, Cuité-Nova Floresta, Monteiro, Sumé.

Região Geográfica Intermediária de Patos:

Regiões Geográficas Imediatas: Patos, Catolé do Rocha-São Bento, Itaporanga, Pombal, Princesa Isabel.

Região Geográfica Intermediária de Sousa-Cajazeiras: Regiões Geográficas Imediatas: Sousa, Cajazeiras.

Fonte: IBGE, (2015)

No tocante a uma rede urbana discute-se acerca de conexões entre cidades, uma rede de comunicação onde existe um núcleo central, no caso da urbanização, centro urbano, que influencia uma determinada área e oferta de bens e serviços (Conte, 2014). As redes urbanas tornam-se de grande importância para a Geografia,

em especial, a Geografia Urbana, pois além de enfatizar questões de ordenamento territorial, desenvolve uma consciência do “[...] significado que o processo de urbanização passou a ter sobretudo a partir do século XIX, ao refletir e condicionar mudanças cruciais na sociedade (Rodrigues, *et al.* 2007, p. 51-52). Além disso, há

Um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si”. É (...) um tipo particular de rede na qual os vértices ou nós somos os diferentes núcleos de povoamento dotados de funções urbanas, e os caminhos ou ligações dos diversos fluxos entre esses centros (...) a rede urbana é um produto social, historicamente contextualizado, cujo papel (...) é (...) articular toda a sociedade em uma dada porção do espaço, garantindo a sua existência e reprodução (Corrêa, 1997, p. 93).

O município de Guarabira tem uma cidade que é considerada Centro Urbano regional, a mesma, influência e oferta bens, serviços, questões de âmbitos econômicos, políticos, culturais e sociais para mais de 25 municípios de forma imediata e de uma população que ultrapassa os 320 mil habitantes. Isso denota que a importância de Guarabira é inegável, principalmente em se tratando do âmbito regional. Como se pode verificar, Guarabira possui o maior PIB da região imediata (IBGE, 2022). Resta saber se os gestores locais aproveitam essa posição geográfica e fortalecem os laços territoriais, inclusive de seus antigos espaços de poder que se emanciparam, em especial entre as décadas de 1950 a 1960.

Em vista disso, Guarabira é um município com uma dinâmica urbana mais desenvolvida e mais estruturada do que as demais cidades dos municípios do seu entorno. Um fato de grande pertinência para a economia local, é a população flutuante que transita por Guarabira. Tal população, advinda dos outros municípios que necessitam de “[...] serviços bancários, escolares, comerciais,

hospitales e alimentícios” (Grangeiro, 2019, p. 28), confirma Guarabira na qualidade de centro polarizador e regional.

Resta saber até que ponto essa polarização consegue fazer frente às outras dinâmicas urbanas regionais, de modo especial, diante de novos arranjos espaciais e territoriais, que impulsionam novos mercados e novas disputas, através de centros maiores como João Pessoa/PB, Natal/RN, Campina Grande/PB e até mesmo Recife/PE. Essas regiões estão muito à frente, tanto pelo papel político, quanto pelo papel econômico em que estão envolvidas.

A Paraíba possui inúmeras redes urbanas, por exemplo, Guarabira está localizada na Região Geográfica Intermediária de João Pessoa e participa da região de influência denominada “Arranjo Populacional de João Pessoa/PB - Capital Regional A (2A)” (IBGE, 2017), está inserida também na Região Geográfica Imediata de Guarabira, participando dentro do contexto de hierarquia urbana do Centro Sub- regional B (3B) - Município integrante do Arranjo Populacional de Guarabira/PB.

Dentro desse contexto das redes urbanas, se compararmos Guarabira à João Pessoa, Campina Grande e Patos, vemos uma clara definição de menor importância hierárquica, mesmo que dezenas de municípios tenham Guarabira como a cidade polarizadora imediata. Esse é um quadro em que as dinâmicas socioeconômicas devem ser consideradas e através delas são criados os raios de influência que cada espaço urbano central consegue influir nos municípios circunvizinhos, consideradas as atividades como comércio, serviços, indústria, emprego entre outras atividades sociais, econômicas e culturais (Figura 06):

Figura 06: Guarabira/PB no contexto das Regiões de influência da Paraíba.



Fonte: Grangeiro (2019); Adaptado IBGE – Regiões de Influência das Cidades, 2007.

Segundo o IBGE (2022), Guarabira ocupa, em se tratando de PIB *per capita*, o 4º lugar no Estado Paraibano e o 1º lugar considerando apenas a Região Geográfica Imediata a qual faz parte. Isso legitima a importância econômica que Guarabira tem para o Estado e para a Região Geográfica Imediata de Guarabira, onde, enquanto cidade polarizadora, oferece serviços, bem como uma “[...] infraestrutura mais desenvolvida em relação às demais cidades que a convergem” (Grangeiro, 2019, p. 27).

Apesar de Guarabira ter perdido muito espaço de poder econômico e territorial para outras regiões do Estado da Paraíba, de acordo com o quadro do PIB (produto interno bruto) *per capita* de todos os municípios da Região Geográfica Imediata de Guarabira. Estes municípios que compõem a atual regionalização do IBGE (2017), sempre estiveram atrelados a essa dinâmica regional.

Contudo, o processo de fragmentação territorial de Guarabira, até certo ponto, diminuiu a sua influência e a capilaridade socioeconômica regional, tendo restado basicamente a polarização por influência dos equipamentos urbanos que restaram do seu passado territorial e que também foram incrementados nas últimas

décadas;, mesmo que, de maneira muito lenta, fator que também é visto nos municípios localizados no Brejo e no Curimataú paraibano, os quais enfrentam problemas semelhantes e encontram suas próprias soluções intermediárias, ou apelam para outras regiões imediatas e intermediárias (Quadro 01):

Quadro 01: PIB per capita (IBGE, 2021) e número de habitantes (IBGE, 2022) dos municípios da Região Geográfica Imediata de Guarabira-PB.

Valor em R\$ do PIB <i>per capita</i> dos municípios da Região Geográfica Imediata de Guarabira-PB; e Número de habitantes (IBGE, 2021, 2022)					
Araçagi	11.026,72	16.646 hab.	Cacimba de Dentro	8.971,73	16.064 hab.
Bananeiras	13.143,47	23.134 hab.	Cuitegi	9.890,58	6.730 hab.
Belém	12.297,24	16.401 hab.	Casserengue	9.298,49	6.889 hab.
Borborema	13.030,55	4.214 hab.	Mulungu	9.852,41	8.791 hab.
Duas Estradas	12.615,62	3.327 hab.	Alagoinha	9.468,20	13.725 hab.
Guarabira	30.143,08	57.484 hab.	Riachão	9.997,84	2.927 hab.
Lagoa de Dentro	10.773,37	7.819 hab.	Tacima	8.317,81	8.010 hab.
Logradouro	11.041,91	4.797 hab.	Pirpirituba	8.980,48	9.340 hab.
Pilõezinhos	10.373,93	5.329 hab.	Caiçara	9.142,39	6.602 hab.
Serra da Raiz	11.892,76	3.094 hab.	Dona Inês	9.043,88	10.380 hab.
Serraria	11.212,51	4.885 hab.	Arara	8.250,02	12.212 hab.
Sertãozinho	10.612,64	5.054 hab.	Araruna	9.912,59	17.189 hab.
Solânea	13.553,35	26.774 hab.	////////	////////	////////

Fonte: Adaptado a partir do IBGE (2021, 2022).

No quadro 01 temos uma população de aproximadamente 254 mil habitantes em 25 unidades municipais. Mas é importante registrar que outros municípios do entorno, apesar de não estarem diretamente na região imediata de Guarabira, mesmo assim, oferecem

dinamismo socioeconômico para Guarabira, que é com certeza a área com mais habitantes e maior infraestrutura urbana regional.

Como afirma Grangeiro (2019, p.27) “Guarabira se destaca na área de serviços e comércio no qual é composta por uma variedade de redes logísticas, principalmente em épocas de finais de ano onde o número de funcionários é praticamente dobrado, com empregos temporários”. A dinâmica urbana é muito importante para a definição de poder territorial sobre uma determinada região geográfica e na escala estadual, esse pode ser um diferenciador para que os municípios se articulem em diferentes áreas de produção econômica e poder político para atrair mais investimentos e desenvolvimento local.

DESMEMBRAMENTOS TERRITORIAIS EM GUARABIRA: O PODER LOCAL DAS OLIGARQUIAS

Este capítulo tem o intuito de aprofundar as questões políticas com as questões geográficas à luz da Geografia Política, focando única e exclusivamente no município guarabirense. Trata-se de uma explanação sobre os desmembramentos ocorridos no território de Guarabira, bem como desenvolve um levantamento das principais oligarquias guarabirenses. Para tanto, foi necessário conceituar algumas categorias de análises as quais são: território, poder, desterritorialização, reterritorialização e oligarquia, imprescindíveis para nossa pesquisa, e para a composição deste capítulo. A respeito dos municípios que surgiram após a fragmentação ocorrida em Guarabira (Torres, 2011), conta-se: o distrito sede (Guarabira), Caiçara que se emancipou no início do século XX, Pirpirituba, Alagoinha, Mulungu, Araçagi, Cuitegi e Pilõezinhos, que conseguiram sua independência político-administrativa durante os anos 50 e 60 do mesmo século, sem contar no distrito de Cachoeira dos Guedes.

Observe o quadro abaixo:

Quadro 02: Municípios emancipados a partir do território de Guarabira.

Lei nº	Data	Municípios criados	Áreas km²	População atual
841 (Lei provincial)	26/11/1877	Guarabira	162,387 km ²	57.484 hab.
309	07/11/1908	Caiçara	123,677 km ²	6.602 hab.
979	02/12/1953	Pirpirituba	80,672 km ²	9.340 hab.
980	03/12/1953	Alagoinha	111,361 km ²	13.725 hab.
2074	29/04/1959	Mulungu	187,259 km ²	8.791 hab.
2147	22/07/1959	Araçagi	232,177 km ²	16.646 hab.
2685	26/12/1961	Cuitegi	42,091 km ²	6.730 hab.
3128	27/12/1963	Pilõezinhos	40,908 km ²	5.329 hab.

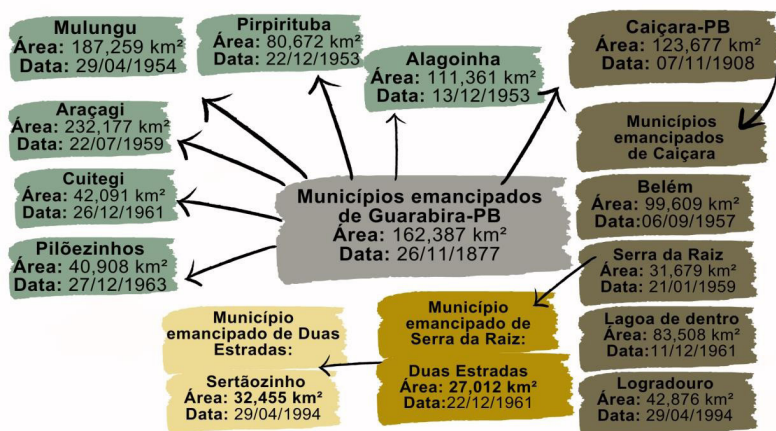
Fonte: Adaptado a partir do IBGE (2022).

Desde o “[...] povoamento de Guarabira o município passou por uma grande transformação, ocorrendo uma enorme “fatição”, anexação e desmembramento do seu território” (Torres, 2011, p. 36), o que ocasionou modificações em suas fronteiras e em sua configuração territorial, contribuindo para o surgimento de novas maneiras de organizar seu território. As fragmentações, além de modificarem o território guarabirense, também ocasionaram outras consequências, como é o caso do surgimento de novos territórios que, posteriormente, emanciparam-se e tornaram-se municípios.

Como foi possível observar, de Guarabira nascem 7 novos municípios, fora o seu próprio e atual território. Quando somamos os valores atuais, segundo o IBGE (2022) das áreas de todos os municípios nascidos do município guarabirense, juntamente com sua área, o resultado é de 980,532 km², se tirarmos o valor da área territorial de Guarabira, o resultado será de 818,145 km², ou seja, este valor representa a área territorial perdida pela mesma,

sem contabilizar, no entanto, o valor das extensões territoriais das demais unidades federativas que se desmembraram de Caiçara (Figura 07):

Figura 07: Municípios que foram pertencentes a Guarabira-PB.



Fonte: Adaptado de Torres (2011); IBGE (2021).

Quando somamos todos os valores atuais das áreas territoriais dos municípios citados acima, o resultado é uma antiga Guarabira com, aproximadamente, 1.303,671 km² de extensão territorial. Quando novamente retiramos o valor atual destinado à Guarabira, 163,387 km², temos uma perda de 1.141,284 km² de área, observa-se que Araçagi controla um território bem maior do que aquele que é controlado pelo seu local de origem. Por consequência dos processos fragmentários, Guarabira perdeu uma porção considerável de seu território.

Neste sentido, ancorando-se no que já foi discutido, em especial, as categorias de análises de território e poder, nota-se que nos primeiros momentos da formação territorial guarabirense, pessoas que se tornaram posteriormente moradores, interagiram com o espaço tal qual como este estava posto e o modificaram de acordo com seus interesses e necessidades, iniciando-se um processo de

territorialização. Esta produção no espaço, relacionada às relações sociais e de poder, e a geração de raízes na terra advinda da durabilidade e da interiorização dos discursos identitários, viabilizaram a criação e o surgimento de Guarabira.

No que se refere aos povoados e vilas que surgiram do território de Guarabira, podemos dizer que todos os processos citados no parágrafo acima também ocorreram com eles. Todavia, existem outros processos intrínsecos ao surgimento destas novas municipalidades, como os de processos denominados de desterritorialização e a reterritorialização. De acordo com Haesbaert (2004), a desterritorialização é o ato de abandono da área delimitada, no caso, o território é um caminho de escape, de fuga, um ato de estruturação do novo. Ou seja,

O território pode se desterritorializar, isto é, abre-se, engaja-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais (Guattari e Rolnik, *apud* Haesbaert, 2004, p. 127).

O trecho trabalha na perspectiva da desterritorialização sofrida pela população, a mesma sofre com estes processos de inúmeras maneiras, por exemplo, quando se fala sobre o êxodo rural, advindo da maquinação da agricultura, dos grandes latifundiários, do crescimento da industrialização, bem como a formulação das cidades, quer-se dizer que uma população desterritorializada do seu lugar de nascença, na maioria das vezes, o campo, e marcham em uma rota de fuga para as cidades buscando melhores condições de vida.

Por conseguinte, tal desterritorialização poderá acontecer de maneira física, quando a população se desloca no espaço, ou mental, quando se separam ou se desligam de questões afetivas e identitárias formuladas naquele antigo local onde residiam (Deleuze, *et al.* 2004), pois, encontrando-se em outro local ou território, por necessidade humana, de vivência social e de sobrevivência, o ser humano adapta-se e assim, formulará novas subjetividades, identidades, raízes mais conectadas ao local de morada atual. Em vista disso,

A desterritorialização é precisamente a quebra do controle de cada indivíduo, comunidade ou empresa sobre o seu território: no caso específico das populações, essa implica uma quebra de vínculos, uma perda de território, um afastamento aos respectivos espaços de afirmação material e/ou imaterial, funcional e/ou simbólica” (Fernandes, 2008 *apud* Lameiras, 2013, p. 07).

De acordo com o trecho, pode-se concluir que a partir desta quebra de vínculos é que a desterritorialização mental acontece, porque além da separação material e concreta, ou seja, ambos os processos desterritorializadores coexistem há, por consequência, rompimentos identitários, imateriais e simbólicos. A reterritorialização é um movimento inerente à desterritorialização, isto é, existindo um processo de desterritorialização, também haverá um processo de reterritorialização (Enes, *et al.* 2014). Haesbaert (2009, p. 139) discorre sobre o exemplo do “[...] boia-fria morador de periferias urbanas”, segundo ele, o mesmo sofre com os movimentos de desterritorialização e reterritorialização de maneira contínua. Além disso,

Enquanto a época da colheita não chega, ele habita a periferia urbana e está imerso em um conjunto de agenciamentos maquínicos de

corpos e coletivos de enunciação, totalmente diferentes dos agenciamentos que teria como trabalhador assalariado. Enquanto morador urbano, ele possui uma determinada dinâmica em sua territorialidade. Na periferia, ele pode construir uma série de territórios e passa em cada um deles no decorrer do dia, como o operário da fábrica. É evidente que seus territórios são outros, mas a dinâmica de passagem por vários territórios é semelhante. Existe seu território de morador, onde ele conhece seus códigos territoriais e as relações de poder que compreendem sua “comunidade”. Existe o território de trabalho, que é muito mais difícil de delimitar do que o do operário fabril. Em um dia, ele é pedreiro; no outro, porteiro, segurança etc. Quando chega a época da colheita, ele se desterritorializa e abre os agenciamentos e vai se reterritorializar no trabalho na lavoura. Quando este termina, ele novamente vivencia os agenciamentos da vida urbana (Haesbaert, 2009, p.139).

Segundo Deleuze (*et al.* 2009, p.69 *apud* Enes, *et al.* 2014, p. 199) “Temos que pensar a desterritorialização como uma potência perfeitamente positiva, que possui seus graus e seus limiares e que sempre é relativa, tendo, em reverso, uma complementaridade na reterritorialização”. Sendo assim, reterritorialização nada mais é que o processo de se conectar em um novo território, de se reapropriar, de se re- enraizar. Podemos dizer que, em se tratando de Guarabira, no que tange aos processos fragmentários, há a possibilidade de concluir que ela sofreu com a desterritorialização. Consequentemente, também se reterritorializou em novos espaços, ou que determinadas parcelas da população guarabirense se desmembraram, se separaram do território de origem e se reterritorializaram, formulando novas espacialidades e territórios. Estes mesmos territórios, em especial, os emancipados, apesar de suas

ligações com Guarabira, apresentam características próprias em suas economias, política, cultura e relações sociais (Torres, 2011).

De acordo com Lucena (2007), foi com o passar dos anos que o poder local de Guarabira fez acontecer os processos de desterritorialização, objetivando a fragmentação de determinadas áreas, as quais originaram as novas municipalidades. Tais fragmentações ocorreram por variados motivos que, provavelmente, abordaram questões de cunho político, cultural, social e econômico. Os grupos políticos que detêm poder e estavam em disputa, impuseram e forçaram a formação de novos arranjos espaciais.

Segundo Soares (2019, p. 19), estas novas configurações territoriais afetaram as dinâmicas políticas locais, pois novos grupos políticos-familiares uniram forças com as “tradicionais famílias oligarcas” de Guarabira, com o intuito de conseguirem controlar os novos municípios que tiveram suas emancipações do território guarabirense. As famílias tradicionais oligarcas de Guarabira eram famílias que tinham o poder e o controle, legitimados por um sistema onde quem governa são pouquíssimas pessoas, a oligarquia (Soares, 2019). Segundo Bobbio (*et al.* 1998, p.1046) a etimologia da palavra oligarquia significa “governo de poucos” ou “governo de ricos”. Em função disso, a

[...] Oligarquia não designa tanto esta ou aquela instituição, não indica uma forma específica de Governo, mas se limita a chamar a nossa atenção para o fato puro e simples de que o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesse ou outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar (Bobbio *et al.* 1998, p. 1047).

Segundo Couto (2012, p. 48) “[...] a oligarquia se compõe necessariamente daquele grupo minoritário que, por meio da divisão organizacional do poder, logra ocupar posições institucionais que lhe permitem tomar decisões que afetam os interesses coletivos”, ou seja, estamos falando de dominação por uma minoria poderio que controla a maioria em uma relação de governante-governados (Gonçalves, 2008), pois, nosso país foi historicamente estruturado para que seus indivíduos fossem moldados a servidão, “[...] fomos violentamente conformados em corpos e mentes por senhores de escravos e seus sucessores” (Lacerda, 2008, p. 03).

Ademais, o controle do senhor de engenho sobre a massa ainda existe, encontrando-se em novos contextos e roupagens, ainda dominam e sempre dominarão em benefício próprio e em detrimento do coletivo. A vida política em Guarabira, desde remotos tempos, sempre foi marcada pelas oligarquias, o que nada mais é que a reverberação da característica estrutural da política brasileira. Em vista disso,

[...] os governos municipais, foram durante décadas indicados pelos governadores como intendentess, entre os anos de 1889 a 1929. Estes assumiram o executivo com o papel de administrar as cidades, com poder de mando policial, administrativo e tributário. Eram conhecidos como Intendentess. Nessa época, Guarabira registrou quatro importantes famílias oligárquicas que se revezaram no poder (Pimentel, Aquino, Guedes e Bandeira) que iniciaram o poder de mando sob uma base territorial que encobria toda uma região constituída por municípios como a sede (Guarabira), distritos e povoados como: Pilõezinhos, Araçagi, Pirpirituba, Cuitegi, Alagoinha e Mulungu que se emanciparam politicamente depois dos anos de 1960. Além dessas importantes famílias, outros grupos familiares se revezavam no poder, de acordo com os interesses

dos governantes da Parahyba. Na atualidade ainda é possível encontrarmos alguns desses sobrenomes familiares, entre os grupos que se revejam no poder local (Mariano Neto, 2015, online).

Neste contexto, entende-se que as famílias oligárquicas guarabirenses estão desde muito tempo no poder, desde a época da Primeira República (1889 a 1934), como afirma o autor Mariano Neto (2015), a partir da citação acima. E é neste primeiro momento do Brasil republicano que se fez presente a “Era dos coronéis”, porque estava envolta de “compra de votos, corrupção, repressão e do voto de cabresto”, fortalecendo a ideia de que foi debatida nesta pesquisa, de que estas famílias já existiam desde a época do regime monárquico, mas que se desenvolveram e que ainda propagam o seu poder em uma nova forma de governo. Logo, o coronel ainda continua governando, mas de uma nova maneira, em uma democracia disfarçada, no qual o voto de cabresto na atualidade são os cargos de contratados em uma prefeitura, tal contexto, por exemplo, impossibilita estes trabalhadores de votarem em outros candidatos na época da eleição, sobre a ameaça de demissão por parte do candidato vigente, e que deseja retomar a gestão municipal (Mariano Neto, 2015, online). Assim,

Quando em suas terras existiam atividades econômicas de manufatura ao exemplo de engenhos, ou eram grandes fazendas de gado, ou produção de monoculturas como a cana-de-açúcar, algodão ou agave, estes grandes proprietários, conseguiam interferir politicamente em toda uma região, influenciando diretamente em uma escala macro política estadual e até em nível nacional (Mariano Neto, 2015, online).

Os chamados latifúndios também, fazem com que as grandes famílias oligárquicas continuem perpetuando sua força política, é o controle de grandes terras, como aconteceu com Duarte Gomes da Silveira, em um passado remoto da formação do território guarabirense, o qual ele era capitão-mor da serra da Copaoba, e, o primeiro latifundiário da região (Brandão, 2010). Com toda certeza, estas oligarquias presentes em Guarabira, com toda força que tem, com todo o controle territorial e eleitoral que possuíam, contribuíram significativamente para a história local e para a configuração espacial atual do nosso objeto de estudo. No quadro das principais oligarquias de Guarabira, o qual delimita os sobrenomes, os anos totais de governo e de mandatos para o poder executivo local, apesar das disputas acirradas, poucas foram as famílias tradicionais e oligárquicas que assumiram o poder (Quadro 03):

Quadro 03: Principais famílias oligárquicas atuais do território guarabirense.

Oligarquias	Período à frente do poder executivo	Duração do poder
Aquino	1921/1923; 1940/1942; 1946/1947; 1955/1957	11 anos
Pimentel	1912/1915; 1946/1946; 1963/1969; 1973/1976; 1993/1996	20 anos
Paulino	1977/1982; 1989/1992; 2005/2008; 2009/2012	12 anos
Toscano (Zenóbio e sua esposa Léa)	1983/1988; 1997/2000; 2001/2004; 2013/2016; 2017/2020; 2024-/2028	23 anos

Fonte: Soares (2019) adaptado de Mariano Neto (2015). Autor, 2025.

De acordo com Soares (2019), o primeiro prefeito eleito pelo voto foi o cônego Francisco Bandeira Pequeno, porém, quando consideramos os anos interventores da época do governo provincial, o primeiro prefeito passa a ser o Cel. Francisco Joaquim de Andrade Moura que foi atuante em Guarabira nos anos de 1896 a 1900,

sendo o mesmo, dono de um engenho que tinha sua localidade próxima ao atual território de

Pilõezinhos. As famílias oligarcas: “[...] através de matrimônios, entre os filhos/as, o que representava a ampliação das possesões territoriais tipicamente latifundiárias” (Mariano Neto, 2015, online), e a perpetuação do controle do poder na cena política guarabirense, sendo os mesmos, sobreviventes do tempo (Quadro 04):

Quadro 04: Prefeitos de Guarabira entre os anos de 1896 a 2025.

Nome	Anos	Mandatos
Cel. Francisco Joaquim de Andrade Moura	1896-1900	1 (Interventor)
Cel. Manoel Pereira da Silva Simões	1905-1909	1 (Interventor)
Dr. Luiz Galdino Sales	1909-1912	1 (Interventor)
Cel. João de Farias Pimentel	1912-1915	1 (Interventor)
Cel. José Álvares Trigueiro	1915-1918	1 (Interventor)
Dr. Manoel Lordão	1918-1920	1 (Interventor)
Cel. Osório de Aquino Torres	1921-1923; 1940-1942; 1946-1947	3 (Interventor)
Dr. Antonio Galdino Guedes	1923-1929; 1945-1945	2 (Interventor)
Sr. Sebastião Bezerra Bastos	1929-1931; 1944-1945	2 (Interventor)
Sr. Luciano Varedas	1931-1932	1 (Interventor)
Sr. José Tertuliano Ferreira Melo	1932-1935	1 (Interventor)
Cônego Francisco Bandeira Pequeno	1935-1937	1 (Eleito)
Dr. João Medeiros Filho	03/08/1935- 18/12/1935	1 (Interventor)

Nome	Anos	Mandatos
Sr. Waldemar Menino	28/11/1937- 27/07/1937	1 (Interventor)
Dr. Sabiniano Alves do Rego Maia	1937-1940; 1947- 1951	2 (Interventor e eleito)
Dr. Osmar de Araujo Aquino	19/08/1940- 02/12/1940; 1955-1959	2 (Interventor e eleito)
Sr. Sebastião Vital Duarte	1942-1944	1 (Interventor e eleito)
Dr. Cláudio Viana	1945-1946	1 (Interventor e eleito)
Dr. João de Farias Pimentel Filho	22/02/1946- 04/12/1946; 1963- 1968; 1973-1976	3 (Interventor e eleito)
Dr. Sílvio Pélico Porto	17/04/1947- 08/11/1947	1 (Interventor)
Augusto de Almeida	1951-1955; 1959-1963	2 (Eleito)
Gustavo Amorim	1969-1972	1 (Eleito)
Roberto Paulino	1977-1982; 1989-1992	2 (Eleito)
Zenóbio Toscano	1983-1988; 2013-2016; 2017-2020*	3 (Eleito)
Jader Pimentel	1993-1996	1 (Eleito)
Léa Toscano	1997-2000; 2001- 2005; 2024-2028	3 (Eleita)
Fátima Paulino	2005-2008; 2009-2012	2 (Eleita)
Marcos Diogo	2021 a 2024	1 (Eleito)

Fonte: Soares (2019) adaptado de Cunha (2017). Autor (2025).

* O prefeito Zenóbio Toscano faleceu em 2020 devido a Covid-19, quando seu vice Marcos Diogo assumiu o cargo e se candidatou em seguida, sendo eleito com apoio de Léa e Camila Toscano.

O quadro (04) mostra todos os prefeitos de Guarabira até os governos interventores. Entendemos como governos interventores, a época provincial quando não havia o sufrágio universal, e o período entre 1937 a 1947 quando o “Estado Novo” foi instaurado e a indicação dos prefeitos era realizada por Getúlio Vargas (Soares, 2019). Nota-se que “[...] os principais prefeitos e prefeitas de Guarabira, sempre estiveram interligados aos grupos familiares locais e regionais tradicionais” (Soares, 2019, p. 26). Em uma relação hereditária, avós, filhos, esposas participam e posteriormente ocupam algum cargo, seja de prefeito, vice ou vereador, propagando e mantendo seus sobrenomes por mais tempo no poder. Nos últimos anos, a família Toscano ultrapassou as demais, ficando no poder por 23 anos.

Como já dito, as famílias oligárquicas de Guarabira datam de períodos remotos importantes da história brasileira, a monarquia, os primeiros anos da República, a Era Vargas, o populismo, entre outros, até os dias atuais. Durante as últimas décadas, algumas famílias antigas já estavam consolidadas no poder político de Guarabira como a família Aquino e a Pimentel (vigentes também na grande onda emancipatória das décadas de 50-60 sofrida por Guarabira), as outras surgiram e acenderam-se a posteriori. Desse modo,

Se pensarmos em governadores ou interventores da Paraíba, vale registrar que em todo o período republicano, se destacaram mais de vinte (20) oligarquias, que se espalharam pelo Estado da Paraíba, e interferiram diretamente em algum momento da História política paraibana, entre elas: Almeida; Andrade; Aquino; Araújo; Pessoa; Bandeira; Borges; Braga; Brito; Cabral; Carneiro; Cavalcante; Coutinho; Cunha; Dantas; Leal; Lima; Lins; Lucena; Miranda; Melo; Moreira; Odilon; Paulino; Pimentel; Rego; Ribeiro; Targino; Toscano; Vasconcelos; Veloso; entre outras, com destaque em **negrito** para as que influenciaram na formação oligárquica de Guarabira (Mariano Neto, 2015, online).

De acordo com Mariano Neto (2015), durante o período de 1948 até 2015, a política guarabirense viu -se diante da disputa de dois núcleos familiares, os Aquino e os Pimentel, e “posteriormente entra no jogo político a Família Paulino e Toscano, como sendo um novo ramo oligárquico, fruto de uniões familiares entre Aquino/ Paulino e de abertura de espaço político dos paulinos aos toscanos” (Mariano Neto, 2015, online). Durante este longo período, surgiram movimentos políticos independentes de oligarquias, porém na maioria das vezes seus candidatos não obtinham êxito, justamente por não serem aliados a algum núcleo oligárquico.

Em época de ditadura militar, as famílias que se destacaram de maneira mais acentuada foram os paulinos e os Pimentel. Os paulinos, aliados ao “Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e crítico da ditadura militar, talvez por herança da oligarquia dos Aquino, também fortemente atreladas ao campo de defesa e assistencialismo as classes populares” (Mariano Neto, 2015, online), e os Pimentel aliados ao ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido conservador e perpetuador da ditadura militar. Os grupos Bandeira e Amorim também eram aliados a este partido. Concernente a isso,

Como grupo político de oposição aos governos militares, o MDB, posteriormente PMDB, conseguiu com a Oligarquia local dos Paulinos, eleger sucessivos prefeitos, desde Antônio Roberto Paulino (MDB - 1977-1982); Zenóbio Toscano (PMDB - 1983-1988); Antônio Roberto Paulino (PMDB - 1989-1992). Perdeu a eleição para Jader Pimentel que havia trocado a ARENA pelo Partido Democrático Brasileiro (PDT - 1993-1997), uma versão crítica do antigo regime militar e ligado nacionalmente ao Leonel Brizola, que era governo gaúcho e havia sido perseguido pela ditadura militar, com perda de mandato e exílio político. Uma nova situação política se fez com a eleição de Maria Hailéa de Araújo (Lea) Toscano (PMDB/1997-2000 e de 2000- 2004), primeira

mulher eleita e reeleita para a prefeitura de Guarabira, com o total apoio dos paulinos. Depois de 2001, com o rompimento das oligarquias Targino Maranhão e Cunha Lima (PMDB) em escala estadual, essa cisão afetou as relações oligarquias também em Guarabira, pois os toscanos também rompem com os paulinos e seguiram o grupo Cunha Lima que entraram no Partido Democrático Social Brasileiro (PSDB). Na sequência de disputa pelo poder municipal, o grupo Paulino elegeu Maria de Fátima de Aquino Paulino (PMDB – 2005-2008 e 2009-2012), eleita e reeleita, tornando a oligarquia Paulino/Aquino a que mais governou o município de Guarabira, desde a época das intendenções e nomeações indiretas, até os dias atuais (Mariano Neto, 2015, online).

Neste jogo estratégico do “xadrez político local”, de aliados em um período, e rivais em outro, de alianças partidárias e enlances matrimoniais e políticos, que estas famílias se propagam e se fortalecem, se somarmos os mandatos da família Aquino e paulino, em decorrência a serem aliados, foram os vencedores do maior tempo no poder municipal, 23 anos, igualados agora com a família Toscano também com 23 anos. Já quando falamos da família Pimentel, esta é a vencedora do maior tempo no poder municipal, sozinha, não considerando conexões que porventura venham a ter feito. Vale ressaltar, “vários políticos ligados a estas quatro oligarquias (Aquino, Paulino, Toscano e Pimentel), já chegaram a assumir mandatos parlamentares na Assembleia Legislativa estadual, Câmara Federal” (Mariano Neto, 2015, online), como Roberto Paulino, que se tornou vice-governador e posteriormente, governador, tamanha é a influência destas famílias sobre a população, o território e tamanha são suas relações políticas.

Na atualidade, o prefeito Marcus Diôgo de Lima foi o prefeito de Guarabira durante o final de 2020, e o mandato de 2021-2024, e a princípio seu sobrenome pode parecer a um leigo, desconhecido na

política guarabirense, porém o mesmo, segundo o site da Prefeitura Municipal de Guarabira (2024), além de atuar junto com sua mãe Josefa Diôgo de Lima (Detinha Diôgo) que era educadora e empresária, e foi cofundadora do Centro Educacional Nossa Senhora da Luz – CENSL, foi secretário de infraestrutura nos mandatos de Léa Toscano (2000-2004) e de Zenóbio Toscano (2013-2016), e na reeleição de Zenóbio (2017/2020), tornou-se vice-prefeito.

Em 2020, Zenóbio Toscano veio a falecer, não cumprindo seu tempo no governo municipal de Guarabira por completo, assim, Marcus Diogo de Lima assumiu enquanto prefeito no ano em que corria o término do mandato do ex-prefeito. De acordo com o G1, em 2020, Marcus concorreu à prefeitura de Guarabira (aliado ao partido PSDB), e conseguiu êxito, tendo 45,38 % dos votos. Atualmente, concorrem à prefeitura de Guarabira para o mandato 2025/2028 os candidatos Léa Toscano e Raniery Paulino, tendo alcançado a vitória Léa Toscano.

Em suma, o que se percebe é que apesar dos tempos e contextos, são as mesmas famílias que concorrem e que controlam o poder, e quando há um nome considerado “novo”, este sempre estará atrelado e apoiado por alguma família oligárquica guarabirense.

CONSEQUÊNCIAS DA FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL EM GUARABIRA

No capítulo anterior, discorremos sobre as oligarquias, em especial, no contexto guarabirense, e como estas perpetuam seus nomes e seus aliados no poder por vários anos, aliás depois que foi decretado que membros de uma mesma família, só podem permanecer no poder executivo por dois mandatos consecutivos, conforme o artigo 14, § 7º, da Constituição da República de 1988, eles se organizam para eleger algum aliado político, mas ficam por dentro do governo municipal, interferindo em todas as secretarias, indicando membros da família para cargos estratégicos e também cuidam em eleger o maior número de vereadores fortemente comprometidos com aquela família.

No capítulo *Consequências da fragmentação territorial em Guarabira*, encaminhando-se para a finalização deste trabalho, dividimos o mesmo em três subseções para conseguir melhor abarcar o que está sendo proposto. Agora demonstraremos como a fragmentação territorial de Guarabira afetou sua própria dinâmica socioeconômica, política e cultural, apesar da aparente dominância do poder local próprio da polarização urbana e de sua considerável influência

regional. A preocupação foi qualificar as principais dificuldades que passaram a existir, na medida em que o município foi perdendo área territorial, população e atualmente, arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), além de um processo de atraso de desenvolvimento que implica a lógica de concentração de poder político nas mãos das tradicionais famílias oligárquicas locais.

GUARABIRA E SUAS PRINCIPAIS PERDAS TERRITORIAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS

A ideia de dividir para gerar novos espaços de poder, em um primeiro momento, pareceu uma vantagem política, num jogo de perde-ganha, pois com os novos municípios, surgem novos prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários e todos os tipos de cargos e arranjos políticos familiares com base nos grupos de poder que tinham algum vínculo com aqueles distritos que buscaram se emancipar. Apesar do desmembramento de Caiçara, e de sua emancipação em 1908, destacamos nesta pesquisa as fragmentações ocorridas em Guarabira anos de 1950 e 1960, por compreender que o município passou por uma grande fragmentação territorial, referente ao contexto de um municipalismo crescente e acelerado da época, dividindo-se em seis áreas municipais, o que causou um grande impacto na maneira de organizar os territórios, bem como no poder político, que tradicional e tipicamente, era controlado por famílias oligarcas locais (Mariano Neto, 2015). Mapas recentes demonstram o espaço territorial de Guarabira, antes e depois das fragmentações ocorridas nas décadas citadas.

Dentre os inúmeros motivos da participação das famílias oligárquicas em relação à Guarabira e seu contexto fragmentário, em especial, dos anos 1950 e 1960, podemos citar o controle populacional e territorial, por meio de êxito nas urnas, bem como o domínio do financeiro, sendo um dos objetivos cruciais para estas famílias. Se ao dividir os territórios a partir de áreas distritais com incipiente concentração em perímetro urbano, Guarabira, tanto perdeu território,

quanto perdeu população e dinâmicas econômicas específicas, em especial de atividades agropecuaristas (Figura 08):

Figura 08: Espaço de Guarabira antes e depois das fragmentações, de 1950-60.

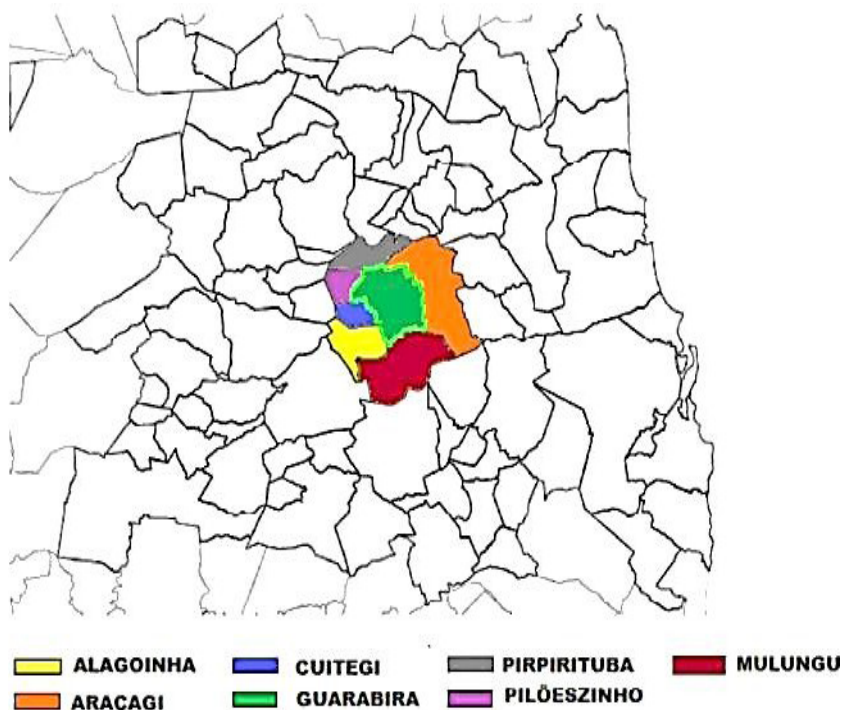


Fontes: IBGE (2017), adaptado pelo Andrade, 2017.

A figura 08 revela as últimas perdas territoriais assumidas por Guarabira ao longo das décadas de 1950 a 1960, consideradas as perdas anteriores, em especial no que hoje são os municípios de Caiçara, Belém, Logradouro, Duas Estradas, Serra da Raiz e Sertãozinho. O que se observa é uma Guarabira completamente cercada por territórios emancipados que anteriormente estavam

sob sua administração. Em tese, diminuíram as responsabilidades, mas se perderam o controle socioeconômico, territorial e político dessas novas localidades. Se considerarmos de 1960, início do processo autoritário, com a ditadura militar a partir de (1964), até 2025, teremos 65 anos de grandes perdas territoriais e demográficas, que Guarabira não conseguiu recuperar efetivamente. Essa divisão territorial marcou uma nova cartografia, mas não foi apenas isso (Figura 09):

Figura 09: Divisão territorial de Guarabira, depois de 1963.



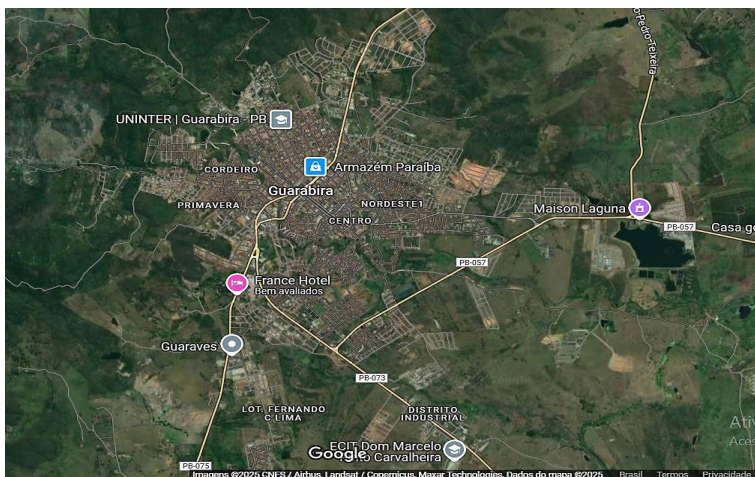
Fontes: IBGE (2017), adaptado pelo Andrade, 2017.

A intervenção política no território guarabirense no primeiro momento, trouxe consequências positivas tanto para as famílias que governavam, quanto para as populações dos municípios

inexistentes e que passaram a existir. Maior autonomia política das novas unidades territoriais, apesar de o país ter passado por mudanças radicais com a ditadura militar, novas forças políticas, mesmo que atreladas às oligarquias de Guarabira, agora tinham um município para chamar de seu. Nesse caso, grandes proprietários de terras e de gado, que dominavam essas áreas de Guarabira, agora eram os controladores dos municípios. Inclusive, em alguns casos, eram as próprias famílias, como pais, avós e tios, que passaram a controlar o poder executivo e legislativo dos municípios recém-criados.

Se considerarmos pontos negativos, observamos que praticamente todos os municípios emancipados de Guarabira tiveram dificuldades em desenvolver suas áreas urbanas em relação ao comércio, a indústria, a economia de maneira geral, dentre outros âmbitos. Para melhor compreendermos a nova configuração espacial forjada após as fragmentações territoriais, é importante destacar, primeiramente, a diferença de município (já que nosso estudo focamos no município de Guarabira como um todo) e de suas áreas urbanas aqui representadas pelas cidades (Figura 10):

Figura 10: Imagem do perímetro urbano de Guarabira/PB.



Fonte: Imagem do Google Maps, Brasil, 2025.

Guarabira é uma área municipal com o maior perímetro urbano, em relação à região imediata que leva seu nome e com a maior população da região, com cerca de 57.484 habitantes. Mais de 90% da população vive no espaço urbano, além dos Distritos de Cachoeira dos Guedes e Piripiri. Isso representa uma densidade demográfica de 353,99 habitantes por quilômetro quadrado. A concentração urbana de Guarabira, invocou uma maior força no setor terciário e nas atividades públicas, além de áreas da educação, serviços de profissionais liberais. Por outro lado, Guarabira perdeu força e dinâmica no setor primário como a agropecuária e o extrativismo.

De acordo com o exposto na subseção anterior, bem como segundo a Constituição Federal de 88, o município se constituiu enquanto um ente federativo, assim como a União e os Estados, fazendo parte do conjunto indivisível deles. A constituição garante aos municípios, enquanto entidade estatal, autonomia política, administrativa e financeira, dirigindo-se a si mesmo e sendo regido por lei orgânica:

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos (...) (Brasil, 1988, p. 32).

A lei orgânica, assim como as leis estaduais, surge como concretização da autonomia dada aos Estados e municípios pelo federalismo que norteia a organização do Estado. Em relação às competências dos municípios, a Constituição Federal vigente, deixa claro que:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – Legislar sobre assuntos de interesse local;

II – Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber

III – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV – Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

V – Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VI – Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental

VII – prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

VIII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX – Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual (Brasil, 1988, p. 35).

De acordo com Decreto-lei nº 311, de 2 de março de 1938, os municípios se dividem em distritos, e a cidade é aquela que o nomeia e é sua sede, ou seja, o município tem controle sobre os distritos, e a cidade, a mesma tem sua zona urbana delimitada pela lei do perímetro urbano previsto no estatuto da cidade, tal lei divide o que se considera zona urbana e zona rural, logo, o município também controla a zona rural como um todo.

A principal diferença entre município e cidade, segundo Oliveira (1993), é que o primeiro é definido por lei, e o segundo, definido pelas relações sociais consideradas urbanas. O primeiro abarca as áreas urbanas, rurais e distritais, e o segundo é a sede do primeiro, onde se localiza as relações de fluxo de pessoas, de veículos, o desenvolvimento do comércio, dos serviços educacionais, de saúde, de transporte etc., a prefeitura (poder executivo) e a câmara dos vereadores (poder legislativo).

Em se tratando do município de Guarabira, ele tem controle sobre vários sítios, como o sítio Maciel, sítio Cajá, sítio Tabocas entre outros. Também controla o distrito de Cachoeira dos Guedes, Piripiri e seu distrito-sede, onde se localiza a cidade principal que o nomeia e configura-se no que consideramos cidade polo. Para alcançarmos o objetivo deste ponto em discussão, conceituamos “cidade”, sua variável, “cidade pequena”, e “cidade polo” enquanto categorias importantíssimas para a compreensão do contexto territorial guarabirense pós-fragmentações.

Quando falamos em cidade, destacamos um conceito com inúmeros significados que sofre influência de muitas abordagens teóricas e de diferentes contextos históricos, ou seja, não há uma conceituação unânime para o que seria cidade, entretanto, é quase que absoluta (se não for) a afirmação de que as cidades surgiram no momento histórico de quando o sedentarismo humano passou a existir. O *homo sapiens* aos poucos, abandonou a característica nômade e passou “[...] a fixar-se em um espaço, utilizando de técnicas para a própria subsistência: para adaptar-se às dinâmicas do lugar, foi necessário a modificação do espaço a partir de suas necessidades” (Barbosa, *et al.*, 2018, p. 1).

No contexto brasileiro, quando falamos das tipologias, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e Vieira *et al.*, (2020) dividem-na em três tipos: pequenas, médias e grandes. Quando falamos em contingente populacional, aquelas consideradas pequenas têm até 50 mil habitantes, as médias entre 100 mil e 500 mil habitantes e as grandes mais de 500 mil habitantes. As

cidades pequenas são os destaques deste trabalho; elas são difíceis de serem definidas, já que há inúmeras singularidades no que tange as suas diferenças, tipos e contextos geográficos (Barbosa, *et al.*, 2018).

Para Endlich (2006), o conceito de pequenas cidades é de uma complexidade de definição, visto que a existência delas discute sobre o limite do que seria a própria constituição de cidade e do que seria a não cidade. Para Gonçalves (2005), cidade pequena é

Uma das dimensões socioespaciais, geradas pelo processo histórico de produção do espaço urbano e regional. As dimensões espaciais, o número de habitantes, a pouca diversidade de funções urbanas, a dependência de um centro maior, a temporalidade lenta, a relação com a vida rural e a proximidade entre as pessoas são os principais elementos que caracterizam as cidades pequenas (Gonçalves, 2005, p. 199).

Gonçalves (2005) caracteriza cidade pequena como uma localidade com determinada dimensão espacial, com pouca expressividade de atividades que ocorrem no espaço urbano, dependente de uma cidade maior que oferece maiores e melhores recursos/serviços, onde existe uma proximidade com a vida no campo, sua população vive em uma relação de familiaridade entre si e a percepção de tempo é mais lenta em comparação às grandes cidades. A afirmação aqui proposta configura uma genérica caracterização das cidades pequenas, especificamente, daquelas advindas de Guarabira (Figura 11):

Figura 11: Imagem da vista aérea parcial de Guarabira/PB 2016.



Fonte: Fotografia de Egberto Araújo. <<https://www.flickr.com/photos/egbertoaraujo> >

A figura 11 retrata uma dinâmica urbana em Guarabira com um traçado moderno e em expansão, mas a cidade se encontra no padrão das cidades pequenas, não conseguindo entrar na classificação das cidades médias (superiores a 100 mil habitantes), mesmo assim o ritmo de crescimento urbano em Guarabira, apesar de termos uma população urbana acima de 90% do seu quadro municipal, podemos afirmar que ainda é uma urbanização incompleta, pois os setores da economia urbana ainda são muito restritos ao comércio e serviços com incipiente industrialização.

Em vista disso, Guarabira é muito mais importante pela sua dinâmica polarizada, com um comércio aquecido, setores de saúde, com clínicas, hospital regional, UPA24 horas, regionais de Ensino e universidades públicas e privadas, institutos federal e estadual de educação, regionais de 4º Batalhão da Polícia Militar (4 BPM) e 3ª Batalhão de Bombeiros Militares (3º BBM), Diocese de Guarabira, Shopping, Cinema e redes de supermercados, além de pequeno parque fabril, se destaca por um indústria do setor de avicultura bem

representativo. Esse cenário torna a cidade como um forte atrativo para os municípios circunvizinhos, que buscam emprego, atendimento de saúde, educação (Figuras 12 e 13):

Figura 12: Centro de Guarabira/PB e vista parcial da Catedral de Nsª Srª da Luz.

Figura 13: Vista da Av. D. Pedro II e o tráfego de automóveis. Guarabira/PB.



Fonte: Facebook Belezas de Guarabira, março de 2025.

Guarabira acaba por influenciar as cidades de Caiçara, Belém, Pirpirituba, Alagoinha, Mulungu, Araçagi, Cuitegi e Pilõezinhos, entre outras. Estas são cidades que apesar de suas singularidades têm em comum tais características citadas anteriormente, consideradas pequenas na classificação do próprio IBGE (2010). A fragmentação territorial guarabirense trouxe consigo uma nova configuração espacial atrelada ao poder político local que, exercendo sua força, reorganizou o território já existente de Guarabira de acordo com seus interesses.

O problema não é a existência dessas cidades pequenas em si, mas a configuração pela qual elas foram criadas, até porque muitas delas, tiveram sua área urbana, delimitada, englobando um tamanho semelhante a uma vila ou povoado e tendo um contingente populacional pouco expressivo, ficando dependente de outras cidades mais desenvolvidas. Neste sentido, atualmente, baseados nos novos critérios para emancipar um território, não deveriam existir nem enquanto cidades, nem enquanto municípios, mas existem, e foram emancipadas de maneira legítima e oficial por consequência das relações políticas existentes: como a conexão das novas oligarquias com as antigas e a conexão delas com o poder dos governadores para realizarem as emancipações.

EMANCIPAÇÕES DOS MUNICÍPIOS EM RELAÇÃO À GUARABIRA

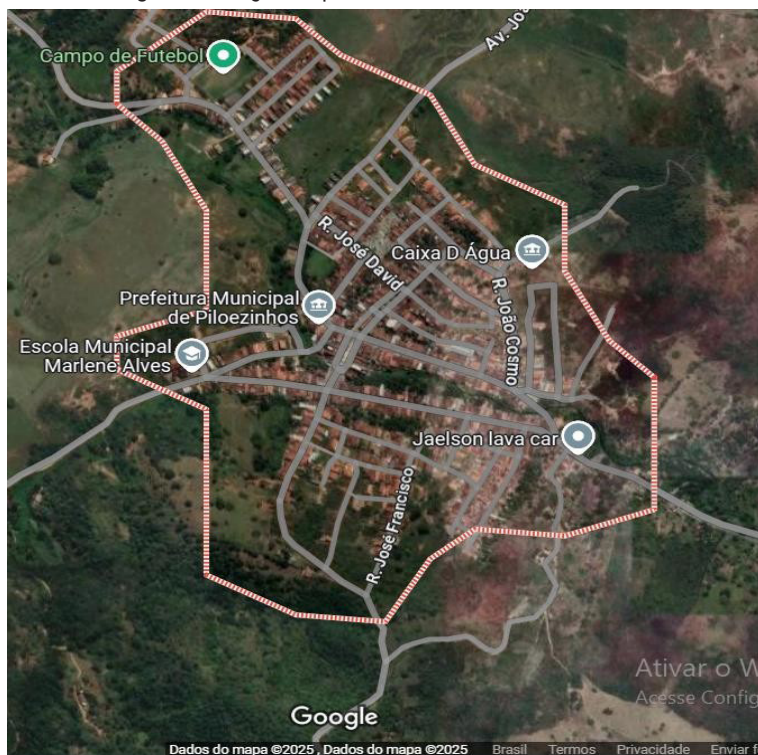
De acordo com Magalhães (2007, p. 13) “O início do processo de emancipação municipal no Brasil ocorreu por volta da década de 1930, o processo de municipalização brasileiro, se intensificou nas décadas de 1950 e 1960” sofrendo uma restrição pelos governos militares entre 1970 e 1980, ou seja, esta intensificação entre 1950-1960, pode ser analisada através do território guarabirense que chega a desmembrar-se durante este período em 6 distritos. Como os acontecimentos políticos não acontecem de forma avulsa e sem planejamento, era óbvio que tais emancipações tiveram seus motivos, assim como toda e qualquer emancipação que aconteça e reformule a organização do espaço existente. Desse modo,

Os motivos para emancipação dos municípios são, geralmente, as características territoriais locais, como a grande extensão territorial do município de origem; presença ou ausência de atividades econômicas; estratégias políticas, por parte de grupos que buscam representatividade política ou criar áreas de influência por meio da emancipação com a finalidade de

obter benefícios econômicos e eleitorais, ou ainda grupos que acreditam que ao emancipar um município é possível aumentar a renda e estimular o desenvolvimento local; descaso por parte do município de origem e a ausência de serviços públicos essenciais; aumento populacional; além de fatores como as políticas de descentralização. Esses motivos refletem as características peculiares de cada lugar, que diferem significativamente ao longo do território brasileiro, o que mostra que as mesmas leis para um país como o Brasil, que possui grande extensão territorial e com realidades distintas, acabam restringindo a eficiência do processo de fragmentação territorial (Cachatori, *et al.* 2013 *apud* Santos, *et al.*, 2014, p. 7, grifo nosso).

Santos *et al.* (2014) baseados nos estudos de Cachatori (*et al.* 2013) apontam algumas motivações para acontecerem de maneira concreta: as emancipações municipais. Destacamos aqui o contexto da região de Guarabira e seu entorno. Tais emancipações ocorrem enquanto estratégias políticas, onde determinadas famílias oligárquicas buscam, além da representação política, a expansão de seu poder, e de sua influência política, eleitoral e econômica em áreas que podem controlar, ainda que tal controle, benéfico para seus fins, venha a ser atrelada em cima das dificuldades de municípios que, oficialmente, tem autonomia em todos as suas instâncias, porém mantém-se dependentes do município de origem ou de municípios mais desenvolvidos ao exemplo de Pilõezinhos (Figura 14):

Figura 14: Imagem do perímetro urbano de Pilõezinhos/PB.



Fonte: Imagem do Google Maps, Brasil, 2025.

O menor município que se emancipou de Guarabira foi Pilõezinhos, emancipou-se politicamente no dia 27 de dezembro de 1963. A instalação do município ocorreu no dia 26 de janeiro de 1964 (Site oficial de Pilõezinhos/PB, 2025). De acordo com Barbosa (*et al.* 2018) Pilõezinhos (PB), mesmo sendo independente e em teoria autônomo, mas desde sua formação não possuía estrutura para emancipar-se, assim como os outros municípios por esta pesquisa abarcados, sendo nítido uma relação de dependência com Guarabira. A proximidade de Guarabira e o seu acesso para outras localidades, tendo que passar em rodovia asfaltada por dentro de Guarabira, tornou o município como um apêndice do município que lhe originou.

Do centro de Pilõezinhos para o centro de Guarabira são apenas 5,2 km e a demora é de no máximo 10 minutos. Mesmo assim, existem dois bairros de Guarabira (Cordeiro e Bela Vista) que estão a menos de 2 km de Pilõezinhos, o que torna essa distância ainda menor. Outro fator interessante é que estes bairros se beneficiam em relação a esse fluxo diários dos moradores de Pilõezinhos que em muitos casos, acessam o comércio de Guarabira mais rápido. Vale registrar que só existe essa rodovia estadual asfaltada, todos as demais ligações de Pilõezinhos com outros municípios, são em rodagens de barro e de difícil acesso por conta da Serra da Borborema (Figura 15):

Figura 15: Vista parcial do Centro de Pilõezinhos/PB.



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Pilõezinhos/PB, nov. 2022.

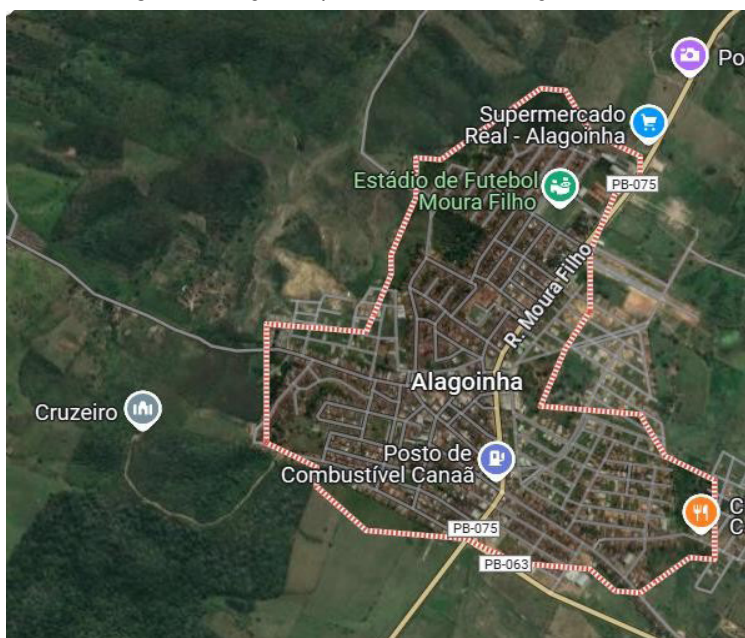
Pilõezinhos é a típica cidadezinha com cerca de 5.329 habitantes em 2022, e a sua área é de 40,908 km² (IBGE, 2022). Cercada de serras por todos os lados e apenas uma saída asfaltada que obrigatoriamente desemboca no interior de Guarabira. Esse é o cenário exato de uma cidade satélite, completamente dependente do município ao qual fazia parte. Por conseguinte,

O município não é capaz de gerar empregos para todos os indivíduos, portanto muitos vivem de: auxílios governamentais como bolsa

família e outros em uma constante migração pendular para outros municípios do estado. A maioria dos empregos existentes no município são empregos públicos, tanto em repartições estaduais como municipais (Meireles, 2020, p. 30).

O outro município emancipado de Guarabira foi Alagoinha/PB, em 3 de dezembro de 1953, através da Lei nº 979. A instalação oficial da cidade aconteceu em 30 de dezembro de 1953, com a posse do primeiro prefeito, Dr. Geraldo Gomes Beltrão, que foi o principal articulador dessa emancipação política (Figura 16):

Figura 16: Imagem do perímetro urbano de Alagoinha/PB.



Fonte: Imagem do Google Maps, Brasil, 2025

De acordo com o Site oficial da Prefeitura Municipal de Alagoinha (2025), o Distrito começou a se formar em 1921 e, em 1938, foi elevado à categoria de vila. Até que em 1943, começaram os debates para sua emancipação definitiva que ocorreu em 1953. De acordo com o IBGE (2022), conta com 13.724 habitantes. Para Meireles (2020), a situação de Alagoinha (PB), um dos municípios advindos de Guarabira e sua dificuldade em empregar a própria população é muito grande, pois o município possui uma dinâmica urbana, restrita aos poucos servidores públicos e as atividades comerciais, com poucos serviços públicos disponíveis. Alagoinha fica a uma distância de 14 km de Guarabira e o tempo médio de deslocamento é de apenas 17 minutos, passando por Cuitegi e chegando em Guarabira (Figura 17):

Figura 17: Vista parcial de Alagoinha/PB, a partir da rodovia PB-075.

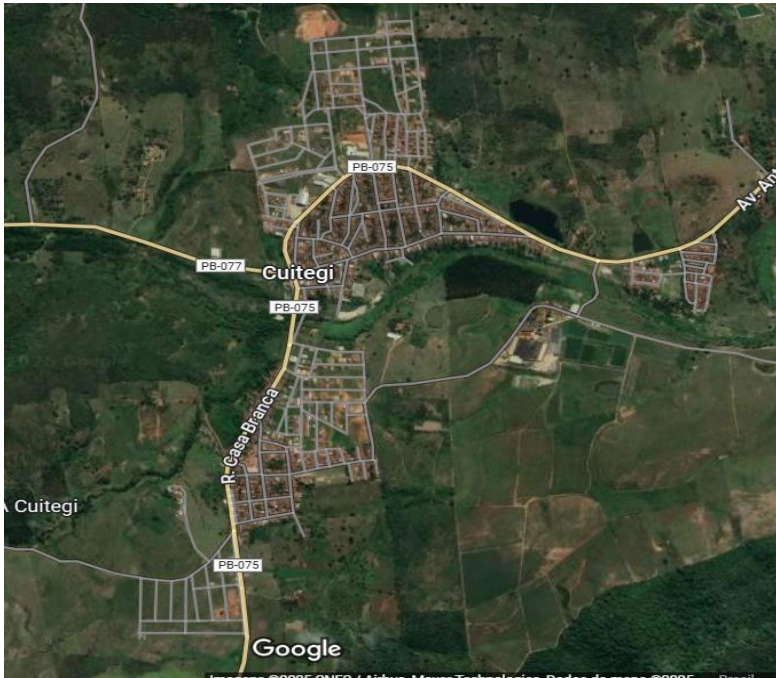


Fonte: Fotografia de Egberto Araújo, 2016. <<https://www.flickr.com/photos/egbertoaraujo> >

Ao observar o entorno do perímetro urbano de Alagoinha, foi possível registrar que, na zona rural, existe uma significativa agricultura familiar de subsistência e atividades canavieira e agropecuarista extensivas, mas a maior parte da população se encontra no perímetro urbano. Outro importante registro é a aproximação entre Alagoinha e Alagoa Grande, município limite que é a porta de entrada para o Brejo paraibano, região mais úmida e com solos mais férteis, devido à dinâmica das encostas ou contrafortes orientais da Serra da Borborema e de chuvas orográficas, como demonstra o horizonte da figura (17).

Alagoinha e Cuitegi são praticamente coladas, com uma distância de 6,5 km e 8 minutos uma da outra. A emancipação política de Cuitegi ocorreu em 26 de dezembro de 1961, por meio da lei estadual nº 2685. Com isso, passou a ser um município independente, mesmo com forte dependência em relação à Guarabira, com grande proximidade, pois de Cuitegi até Guarabira é menos de 8 km, com ligação asfáltica pela rodovia estadual PB – 075, que demora cerca de 13 minutos (Site oficial da Prefeitura Municipal de Cuitegi, 2025). O município de Cuitegi é cortado pela principal afluente do rio Mamanguape, sendo o rio Araçagi um destaque, visto que nos contrafortes orientais da Serra da Borborema em ligação com o município de Pilões, acesso pela rodovia estadual PB-077, onde se formam duas cachoeiras (Ouricuri e Poço Escuro) que são atrações ecoturísticas na atualidade (Figura 18):

Figura 18: Imagem do perímetro urbano de Cuitegi/PB.



Fonte: Imagem do Google Maps, Brasil, 2025.

O rio Araçagi também é um importante depositário de areia e argila, o que tem gerado um significativo potencial econômico para a extração de areia e para a produção de objetos cerâmicos como tijolos e telhas, fontes de emprego e renda local. Outro importante estrutura hidrológica do município é a barragem do Tauá, administrada pela Companhia de Água e Esgoto da Paraíba (CAGEPA). Logo, Cuitegi passou a controlar importantes recursos que anteriormente faziam parte de Guarabira, antes da emancipação política e administrativa de Cuitegi.

Esses municípios emancipados de Guarabira, suas sedes viraram verdadeiras cidades dormitórios e muitos habitantes, trabalham, estudam, realizam tratamentos de saúde e fazem compras em Guarabira constantemente. Estes municípios, apesar de uma

pequena organização urbana mínima, mesmo que emancipados, não conquistaram uma real autonomia em relação à Guarabira (Figura 19):

Figura 19: Imagem aérea parcial de Cuitegi/PB.

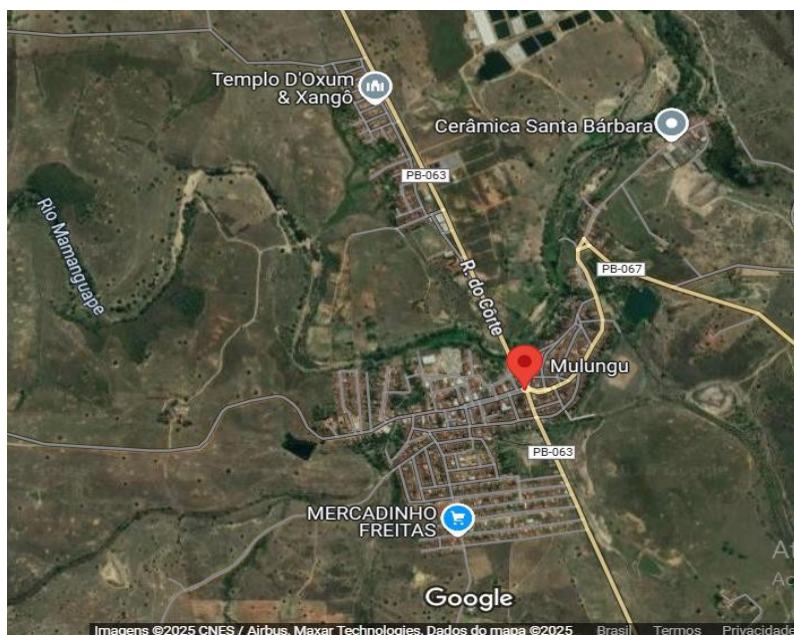


Fonte: site <https://portaldobrejo.com.br>, maio de 2020.

Para Meireles (2020), a mesma dependência de Pilõezinhos e Alagoinha em relação à Guarabira acontece com Cuitegi/PB, que mesmo tendo 70% da população, segundo dados de 2023 levantados por Barbosa (2024), trabalhando no município, todavia, em sua amostragem, 100% dos participantes relataram que a oferta de emprego não é frequente, muito pela falta de desenvolvimento do seu comércio, considerando a realidade cuitégiense, onde 30% da população trabalha em municípios próximos, e 80% fazem compras em geral em cidades como Guarabira, que ofertam serviços que não são supridos por Cuitegi. Mesmo que Cuitegi esteja num entrocamento, entre Alagoinha e Pilões/PB, quase todo o seu fluxo é com Guarabira. Um pouco depois de Cuitegi e Alagoinha, tem-se

o município de Mulungu que conquistou sua emancipação política e administrativa de Guarabira em 27 de setembro de 1959. Desde 1937, Mulungu era o distrito de Guarabira. De acordo com o site oficial da Prefeitura de Mulungu, em 1943, o distrito de Mulungu passou a se chamar Camarazal e, em 1949, o distrito de Camarazal voltou a se chamar Mulungu, até que foi desmembrada de Guarabira em 1959, através da Lei estadual nº 2074 (Figura 20):

Figura 20: Imagem do perímetro urbano de Mulungu/PB



Fonte: Imagem do Google Maps, Brasil, 2025. <<https://www.flickr.com/photos/egbertoaraujo>>

Mulungu é um dos municípios mais distantes da sede urbana de Guarabira, estando a 28 km e a cerca de 30 minutos entre os dois centros urbanos. Esse isolamento sempre atrapalhou as atividades entre os dois territórios e a área territorial com 187,259 km² de área total de Mulungu, enquanto Guarabira possui 162,387 km² de área total. No entanto, apesar de um território municipal maior,

a população atual de Mulungu é de 8.791 habitantes, enquanto Guarabira figura com 57.484 habitantes (IBGE, 2022).

O perímetro urbano de Mulungu é bem reduzido e durante décadas não existiam rodovias asfaltadas, dificultando ainda mais o acesso à Guarabira. As viagens de Mulungu eram demoradas devido às rodagens de barro esburacadas e, também, era mais fácil seguir até Gurinhém, pegando a rodovia Federal BR-230 que faz contato direto entre a Capital João Pessoa e Campina Grande, a segunda maior cidade da Paraíba. Depois de 2010 com o asfalto da rodovia estadual PB-63, a situação melhorou bastante (Figura 21):

Figura 21: Imagem parcial da entrada da Cidade de Mulungu/PB.



Fonte: Fotografia de Egberto Araújo. <<https://www.flickr.com/photos/egbertoaraujo/>>.

A área urbana de Mulungu se encontra entre as duas margens do Rio Mamanguape, segundo mais importante afluente hidrológico do Estado da Paraíba. O município guarda um importante processo de produção agropecuária, com pequenos rebanhos e agricultura familiar de subsistência e comercial (Site oficial da Prefeitura de

Mulungu, 2025). A tradição agrícola com culturas como o algodão e a pecuária já estavam no auge de Mulungu, mas com a praga do bicudo, a situação econômica municipal se retraiu muito. Dados históricos registrados no próprio site do IBGE (2025) dão conta da importância do algodão em Mulungu, o que levou aquele Distrito a ter um ramal ferroviário que ligava a Sapé, Mari, Alagoa Grande e Guarabira. Usina de descaroçar algodão e grandes armazéns para guardar os fardos do produto. Na atualidade, Mulungu é um extenso município com um pequeno perímetro urbano.

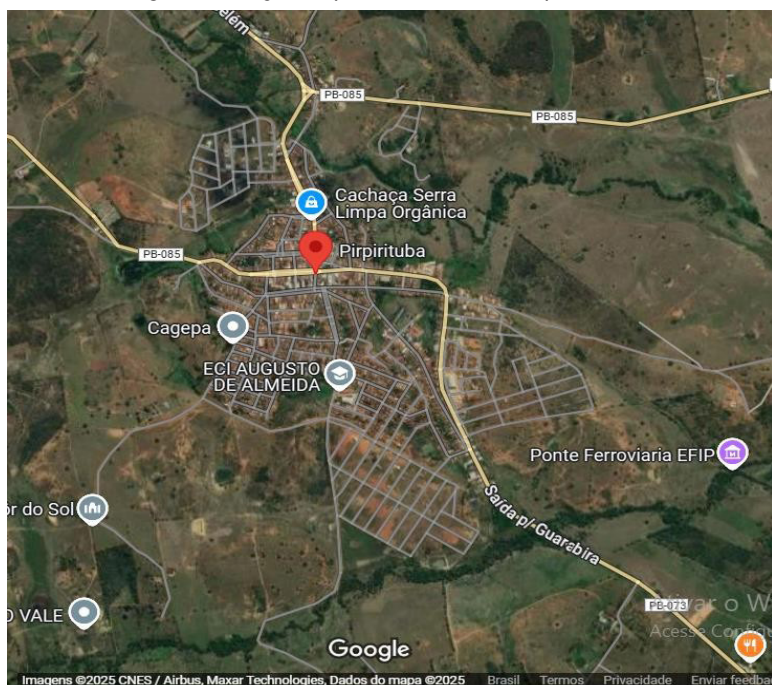
Na medida em que o município de Guarabira foi perdendo espaço, novos grupos políticos passaram a comandar os novos territórios emancipados. Esse desenho da Geografia Política implica em novos espaços de poder, pois de acordo com Raffestin (1990), porém, o autor destaca que a população deve ser levada em consideração e em muitos casos, a Geografia Política clássica só considerava o Estado e suas regras de organização do espaço a ser dominado. Agora, a antiga população que vivia naqueles distritos de Guarabira, passaram a ter uma nova identidade e condição política e territorial distintas de Guarabira.

De acordo com o site oficial da Prefeitura de Pirpirituba, apesar de ter se tornado Distrito de Guarabira desde 1892, tendo sido elevado à vila em 1938, só conseguiu sua emancipação política em 1953, através da Lei estadual nº 972. Apesar de sua antiguidade, por ser um município completamente influenciado por Guarabira, pois a própria localização é inferior a 11 km e o tempo gasto entre um centro e outro, não ultrapassa 15 minutos, sendo que as áreas urbanas estão a menos de 8 km uma da outra.

Através de Pirpirituba, dezenas de outros municípios acessam Guarabira, ligando as regiões do Brejo e Curimataú ao pólo urbano da região imediata. Essa área é rodeada de serras das encostas orientais da Serra da Borborema e sofre uma maior pressão do clima tropical quente e seco. Portanto, diferente de Alagoinha e Alagoa Grande por exemplo, em Pirpirituba chove bem menos.

O perímetro urbano recebe ligação com as rodovias estaduais PB-085 e a PB- 073, obrigando um fluxo com vários municípios e até com o Estado vizinho do Rio Grande do Norte. Essas passagens geraram uma concentração populacional de viajantes, com parada de tropas e ponto de convergência para os municípios do Brejo como Borborema, Serraria, Bananeiras e Solânea (Site oficial da Prefeitura de Pirpirituba, 2025). Esse contingente populacional e dinâmica socioeconômica local, abriram espaço para o processo de fragmentação territorial que originou o município de Pirpirituba/PB (Figura 22):

Figura 22: Imagem do perímetro urbano de Pirpirituba/PB.



Fonte: Imagem do Google Maps, Brasil, 2025.

A *google maps* nos dá uma noção exata da limitação espacial do perímetro urbano de cada uma das localidades estudadas.

Além dos entroncamentos rodoviários aos exemplos do encontro entre a PB-073 e a PB-085. Alguns loteamentos, ainda em formação, apesar dos traçados das ruas, observam-se que se trata de terrenos ainda sem construções. Talvez relacionados com os programas governamentais como “Minha Casa Minha Vida”, dos governos do Presidente Lula da Silva e Dilma Rousseff (PT), que geraram muita especulação fundiária em todo o país. No mais, vemos que a cidade de Pirpirituba em si, fica exatamente no sítio original de passagem das rodovias estaduais e isso indica uma importante dinâmica local nestas vias de passagem, dando ao comércio local, principalmente ruas centrais e nos trechos rodoviários que cruzam a cidade. Outro fator importante foi observar que o perímetro urbano de Pirpirituba, se estendeu as duas margens das rodovias, crescimento que atraiu investimentos para a abertura de loteamentos, instalação de oficinas, lojas de materiais de construção, bares e restaurantes (Figura 23):

Figura 23: Imagem parcial do Centro de Pirpirituba/PB.



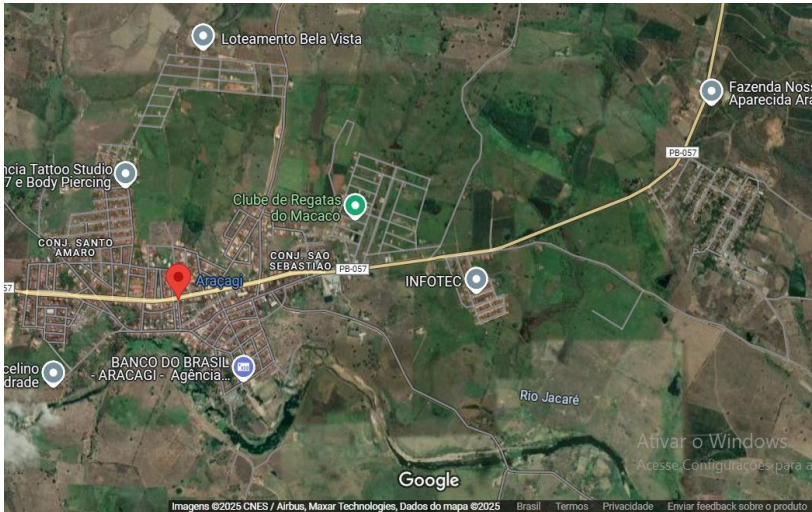
Fonte: Fotografia de Egberto Araújo. <<https://www.flickr.com/photos/egbertoaraujo/>>.

Pirpirituba ainda guarda uma importante arquitetura do século XIX e começo do século XX, em torno da Igreja matriz e de lojas comerciais que relembram as cidades europeias do começo do século. Casarões antigos contrastam com casas mais simples e até mesmo com lojas comerciais que foram reformadas para atrair a clientela. É uma cidade que certamente foi influenciada pela dinâmica urbana das cidades do Brejo paraibano, as quais tiveram um ciclo econômico canavieiro bem intenso e até mesmo de produção cafeeira. Na zona rural do município de Pirpirituba, ainda se encontra as ruínas de engenhos e usinas de cana-de-açúcar.

Assim como Pirpirituba, o outro município emancipado de Guarabira foi Araçagi, em 22 de julho de 1959, por meio da Lei Estadual 2.147. Essa foi a maior perda territorial. Contabilizando o valor de 229,7 km², enquanto Guarabira ficou com apenas 162,384 km². Ou seja, Araçagi, apesar de um perímetro urbano relativamente pequeno e uma população de aproximadamente 16.646 habitantes (IBGE, 2022), sua dinâmica rural é muito mais ativa e produtiva que a de Guarabira. A zona rural de Araçagi comporta terras que se limitam aos municípios de outras regiões como Mari e Sapé, além de Mamanguape que também passou por fragmentação territorial. Mas, por ser cortada uma rodovia federal, a BR-101 terminou acelerando seu crescimento muito mais rápido (Figura 24):

Araçagi fica a 13 km de Guarabira e uma viagem de aproximadamente 18 minutos, através da rodovia estadual PB-057. O município é banhado pelo rio Mamanguape e seus afluentes, o rio Araçagi e o rio Bananeiras. Nessa confluência, foi construída a barragem de Araçagi que abastece dezenas de municípios, inclusive Guarabira. Também é muito importante para cultivos irrigados, em que se destaca a monocultura de abacaxi, cana-de-açúcar e outros produtos da agricultura familiar. Além do perímetro urbano, Araçagi tem uma importante rede de sítios distritos e agrovilas, com características urbanas, mas com foco em atividades tipicamente rurais, como pecuária extensiva e agricultura familiar e comercial (site oficial da Prefeitura de Araçagi).

Figura 24: Imagem do perímetro urbano de Araçagi/PB.



Fonte: Imagem do Google Maps, Brasil, 2025.

Ao se analisar as características que cada um município emancipado possui, fica bem claro que Guarabira não teve apenas perdas territoriais e demográficas, mas principalmente, perdas econômicas, mesmo que ainda centralizasse os interesses e necessidades dos municípios emancipados, na hora das arrecadações e dos repasses de fundos aos municípios, essa descentralização é uma obrigação divisão.

Isso também se reflete na política, pois ao longo dos mais de 60 anos, em que os novos territórios se consolidaram, novos atores e grupos políticos passaram a dar as cartas, em um jogo de interesses que é influenciado por políticos de outras regiões do Estado da Paraíba.

Isso não significa dizer que a política mudou, que houve melhoras sociais ou desenvolvimento local. Os novos grupos políticos, quase sempre são as mesmas famílias oligárquicas que já estavam nestes territórios, quando ainda pertenciam à Guarabira e agora possuem muito mais autonomia para exigir ganhos políticos e para

construir novas alianças com outros grupos regionais. Em vista disso, as cidades cresceram pouco. Entre suas emancipações, as décadas que se passaram, os índices de desenvolvimento humano (IDH) ainda são baixos (IBGE, 2022) (Figura 25):

Figura 25: Imagem central de Araçagi/PB.



Fonte: Google Maps, captura de imagem em jun. 2021.

Os municípios que se emanciparam de Guarabira, especialmente nas duas últimas décadas, passaram por melhorias nos acessos rodoviários estaduais, devido aos programas de renovação asfáltica iniciados pelo Governador Ricardo Coutinho (PSB) e continuados pelo seu sucessor: o governador João Azevedo (PSB), além de investimentos em Guarabira, como a cidade polo e base territorial da região imediata (IBGE, 2017). Além de políticas e programas dos governos federais de Luiz Inácio (Lula, PT) e Dilma Rousseff (PT), aos exemplos do *Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)*, *SAMU*, *Caminhos da Escola*, *UPAS 24 horas*, *Mina Casa Minha Vida*, *Mais Médicos*, *Banco do Nordeste*, *Receita Federal*, *INSS* e outros órgão federais e estaduais instalados em Guarabira, criam um maior fluxo entre o polo e os demais municípios.

A FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL: A INFLUÊNCIA REGIONAL DE GUARABIRA E O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

De acordo com Viana (2013), o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que é uma forma de repasse de verbas do Governo Federal, ou seja, no contexto do trabalho, o autor deixa claro que a principal renda dos municípios, emancipados de Guarabira, não advém do mesmo, no sentido do comércio e da indústria, mas sim do FPM, enquanto repasse federal para todos os municípios do país, estando dependente deste valor, o que permite que estes territórios, apesar de suas limitações, tenham um certo desenvolvimento econômico maior, em comparação com o que teriam se fossem apenas bairros guarabirenses. Em se tratando de relações de compras, auxílio na educação, na saúde e em outros âmbitos, dependem quase que inteiramente de Guarabira.

Apesar desta fragmentação territorial de algum modo ter sua parcela de culpa na estagnação da Região Imediata de Guarabira, no sentido de que praticamente todos os municípios advindos dela não se desenvolveram como deveriam (comparando se tivessem sido planejados para a população e o seu desenvolvimento, e não como estratégia de controle), estando dependentes de Guarabira e do FPM enquanto recurso financeiro, mas para Guarabira, de certa forma, foram positivas tais ações fragmentárias, visto que a mesma reafirma-se enquanto centro polarizador por consequência da existência dessas municipalidades que dependem de seus serviços.

Apesar da emancipação política destes municípios, prevalece a dependência socioeconômica e influência política à Guarabira, pois nessa cidade estão estabelecidos vários órgãos públicos e privados de escala regional e nacional, por ser a cidade mais importante da região (Grangeiro, 2019, p. 22- 23).

Relativo ao contexto guarabirense, a boa localização do município, estando próximo dos municípios de João Pessoa, Campina Grande e Natal, bem como da chegada do trem para escoamento de cargas e pessoas, o que fez com que entrasse investimento estrangeiro e a centralização do comércio e da indústria no município, fala-se da maior e principal contribuição para o desenvolvimento de Guarabira e da consolidação de seu distrito-sede enquanto cidade polo:

As cidades polo se configuram como centros urbanos estratégicos em uma região geográfica [...] São os fluxos econômicos que determinam a hierarquia entre as cidades, com a cidade central se destacando como polo. A existência de uma cidade polo está intrinsecamente ligada ao comportamento das relações econômicas entre as cidades, caracterizando as diferentes estruturas das redes urbanas (Fagundes, *et al.* 2024, p. 32).

O desenvolvimento centralizado proporcionou ao município guarabirense polarizar em sua cidade principal, inúmeros serviços, enquanto isso, as periferias do mesmo eram esquecidas, de maneira que povoados se organizaram e, pela força política oligárquica, emanciparam-se na qualidade de municípios. Todavia, sua autonomia é quase que um mito, uma vez que sua dependência do território de origem consagra Guarabira como núcleo de polarização (Torres, 2011).

Apesar de relativamente positivo para Guarabira os desmembramentos do seu território em relação ao quesito anteriormente discutido, acreditamos ser necessário levantar outros pontos importantes, como a diminuição do FPM de Guarabira, que se configura como o nosso 3º ponto de discussão. Neste sentido,

Uma causa da onda emancipacionista que se verifica no Brasil a partir da década de 1940 está no sistema de tributos partilhados, o

qual favorece sobretudo os municípios mais pobres, através do FPM. Quando foi introduzido pela Constituição de 1946, as cotas eram iguais para todos os Municípios. Assim, os Governos **Estaduais** estimulavam a criação de novos Municípios para atrair mais recursos do Governo Federal para o Estado (Ferrari, 2016 *apud* Mello, 1971).

O FPM é, em tese, o distribuir de recursos financeiros adquiridos através de alguns tipos de impostos dividindo-se o valor por meio de vários critérios, sendo um dos principais a quantidade de pessoas que habitam naquela determinada cidade. Desse modo,

O FPM é uma transferência redistributiva. Ou seja, os recursos são entregues a cada município de acordo com uma fórmula de partilha, previamente determinada, sem qualquer relação com o montante de impostos arrecadados no próprio município. Essa é uma característica que se distingue, por exemplo, das transferências do ICMS. No caso desse imposto, a partilha obedece, principalmente, ao critério de origem da arrecadação: se o ICMS foi arrecadado em um determinado município, $\frac{3}{4}$ do valor transferido retorna àquele município. O caso do FPM é distinto: a distribuição é feita, principalmente, em função da população municipal, como se verá em detalhe mais adiante. Outra característica do FPM é que ele é uma transferência incondicional. Ou seja, o município que recebe essa verba pode aplicá-la como bem entender: a União não exige que os recursos sejam aplicados nesta ou naquela área. É uma situação distinta, por exemplo, das transferências feitas pelo Sistema Único de Saúde ou do Fundo de Desenvolvimento da Educação, as quais o município deve alocar, obrigatoriamente, para ações predefinidas pelo Governo Federal (Mendes, *et al.* 2008, p. 3).

O FPM, apesar de ter sua distribuição atrelada a uma fórmula. Todavia, a população municipal é ainda considerada e é importante para que sua transferência possa ocorrer corretamente para cada município, ele está assegurado pela Constituição Federal no art. 159, no inciso I, abrangendo as alíneas “b”, e, “d”. Segundo Mendes *et al.*, (2008, p.1), “[...] 22,5% da arrecadação pela União, dos impostos de renda (IR) e sobre produtos industrializados (IPI) são destinados ao FPM”.

Inicialmente, o FPM era formado por 10% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda (IR) e sobre produtos industrializados (IPI), descontados os incentivos fiscais vigentes na época, restituições e outras deduções legais referentes a esses impostos. A regulamentação do FPM veio com o Código Tributário Nacional (CTN – Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966), no seu artigo 91, e o início de sua distribuição deu-se em 1967. O critério de distribuição do FPM era então baseado unicamente na **população dos Municípios**. Posteriormente, o FPM foi ratificado pela Constituição Federal de 1967 (art. 26), que recepcionou a regulamentação do CTN. Pouco depois de promulgada a Constituição de 1967, foi baixado o Ato Complementar da Presidência da República nº 35, de 28 de fevereiro de 1967, que, dentre outras providências, categorizou os Municípios em “**Capitais**” e “**Interior**”, às Capitais recebendo 10% do montante total do FPM e o Interior o restante. **Nova norma** foi editada, o Decreto-Lei nº 1.881, de 27 de agosto de 1981, criando mais uma categoria de Municípios, denominada “Reserva”, para aqueles Entes com população superior a 156.216 habitantes. **A distribuição do FPM então ficou 10% para as Capitais, 3,6% para a Reserva e 86,4% para o Interior** (Brasil, 2023, p. 2, grifo nosso).

Ao longo do tempo, o FPM foi modificando e, consequentemente, a parcela repassada para os municípios também mudou. Por exemplo, foi criado o “FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, cuja fonte de recursos foi composta pela dedução de 15% nos repasses do Fundo de Participação dos Estados, do Fundo de Participação dos Municípios, da Lei Complementar 87/96, do ICMS estadual e do IPI-Exportação” (Brasil, 2023, p. 3), em 2006, com a Emenda Constitucional nº 53, o FUNDEF é substituído pelo FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação que corresponde 20% do repasse.

A distribuição dos recursos do FPM, que antes era dividido entre capitais e interior, modificou-se para capitais, reserva e interior. O cálculo do valor dos municípios considerados capitais considera o fator população e fator renda *per capita*, ficando com 10% do recurso. Os municípios reservas têm 3,6 % ou 4,0% a mais do valor daqueles considerados municípios de interior e são aqueles que possuem uma população a partir de 142.633 habitantes, seu cálculo também leva em consideração o fator população e o *per capita*, sendo apenas realizado sua operação de maneira diferente. Os municípios do interior (os reservas também são considerados de interior) recebem 86,4% do FPM, e são aqueles que não se encaixam no requisito de capital, nem de reserva (Brasil, 2023). É por intermédio dele que se há a concretização de políticas públicas. Todavia, o FPM enquanto recurso, é insuficiente para suprir as necessidades de desenvolvimento de um município, principalmente aqueles considerados de pequeno porte, como é o caso das municipalidades advindas da fragmentação guarabirense (Tabela 01):

Tabela 01: Valor do FPM 2025 dos municípios da antiga microrregião de Guarabira.

Municípios (PB)	Valor Consolidado (FPM)	Código IBGE	Código SIAFI
Guarabira	R\$ 12.534.869,00	2506301	2027
Pilõezinhos	R\$ 3.418.600, 60	2511707	2135
Araçagi	R\$ 6.837.201,20	2500809	1915
Alagoinha	R\$ 5.697.667,80	2500502	1909
Cuitegi	R\$ 3.418.600, 60	2505204	2005
Mulungu	R\$ 3.418.600, 60	2509800	2097
Pirpirituba	R\$ 4.318.811,96	2511806	2137
Caiçara	R\$ 3.418.600, 60	2503605	1973
Belém	R\$ 6.591.871,30	2501906	1939
Logradouro	R\$ 3.418.600, 60	2508554	482
Serra da Raiz	R\$ 3.418.600, 60	2515609	2213
Sertãozinho	R\$ 3.418.600, 60	2515930	532
Duas Estradas	R\$ 3.418.600, 60	2505808	2017
Lagoa de Dentro	R\$ 3.418.600, 60	2508208	2065

Fonte: Sítio eletrônico do Tesouro Nacional (2025).

Observando a Tabela (01), esses desmembramentos trouxeram certo atraso regional, tanto no sentido de que tais territórios agora emancipados estagnaram em seu desenvolvimento econômico por falta de infraestrutura, quanto no sentido da diminuição do valor de recursos públicos por parte de Guarabira, já que com a desterritorialização de determinadas parcelas da população e a inserção dela em novos territórios, perdeu-se um considerável contingente populacional, logo, o valor do FPM decaiu e o orçamento

ficou muito mais apertado para a gestão pública e as necessidades orçamentárias.

A cidade de Guarabira, segundo o IBGE, no que tange ao contingente populacional para ser considerada cidade média, ela não se encaixa, ou seja, Guarabira é considerada uma cidade pequena, porém desenvolvida e com uma dinâmica urbana de porte de uma cidade média. Esta seria um ponto negativo dos desmembramentos, já que se somarmos a população de Guarabira com a do município de Caiçara, em seu tamanho original (antes das fragmentações), bem como os municípios emancipados entre as décadas de 1950 a 1960, o valor seria de uma população de 165.139 habitantes, ou seja, teríamos uma cidade considerada em população, e em dinâmica enquanto cidade média.

Neste sentido, a região de Guarabira se configura, no contexto do FPM, ao invés de município do interior, município de reserva, como é Campina Grande, que tem 419.379 habitantes (IBGE, 2022), e que se configura como cidade média e recebe R\$ 39.256.172,50 de FPM, isto é, Guarabira tinha grande possibilidade de maior desenvolvimento, contudo as fragmentações territoriais tiveram sua parcela de culpa como empecilho deste acontecimento, ficando com a previsão de apenas R\$ 12.534.869,00 de FPM. E se somarmos o FPM dos demais municípios da região imediata de Guarabira com o seu próprio FPM incluído, considerando que a região concentra cerca de 254 mil habitantes, teremos cerca de R\$: 56.776,56 milhões apenas.

Portanto, temos uma realidade orçamentária e de pouca atração de capital que perdeu ritmo e atrasou em muito o desenvolvimento local e regional. Quando percebemos o grande potencial de arrecadação de recursos e sua descentralização, mesmo que os pequenos municípios que se emanciparam, que concentram uma população pequena, e que se desenvolveram mesmo com suas limitações, mas ao final das contas, Guarabira deixou de arrecadar significativo montante de recursos e com isso perdeu boa parte do seu poder de desenvolvimento local.

Os resultados até aqui apresentados demonstram que os municípios emancipados, continuaram com espaços urbanos relativamente pequenos e pouco desenvolvidos e com forte dependência em relação à Guarabira, que mesmo sendo a cidade polo ter sido definida pelo IBGE (2017) como a sede da região imediata, devia a sua maior dinâmica urbana e influência sobre os demais municípios, não têm demonstrado capacidade de transformação socioeconômica e, nos últimos anos, tem perdido população e arrecadação do FPM.

Sobre os municípios emancipados, formaram-se espaços urbanos mais coesos. Mas, infelizmente, não conseguiram ultrapassar a lógica das pequenas cidades locais. Para Mumford (1961), que apresenta o conceito da seguinte maneira: “[...] as cidades nascem das necessidades sociais do homem e multiplicam tanto os seus costumes como os seus meios de expressão” (Mumford, 1961, p. 16). Sobre a cidade, Rolnik (1988) a descreve como uma construção coletiva e permanente que desafia o natural e estabelece uma nova relação entre o ser humano/natureza, bem como uma nova organização da sociedade.

A cidade torna-se, assim, local de permanência das relações e necessidades sociais e humanas como, por exemplo, local de trabalho e moradia. A cidade ou espaço urbano foi privilegiado pela nova regionalização do IBGE (2017), que elegeu as cidades polos como centros imediatos e estes como intermediários de cidades polarizadoras maiores, ao exemplo de Guarabira que é imediata para cerca de 25 municípios e intermediária para João Pessoa.

Essa nova regionalização do IBGE (2017), revela uma gigantesca falha, ao considerar as nodais urbanas, os centros de influências com maiores arranjos urbanos regionais, sem, no entanto, conseguirem identificar suas limitações e capacidades para alterar o próprio processo de desenvolvimento regional. Esse tipo de regionalização deixa de fora, outras dinâmicas, inclusive típicas das cidades pequenas e médias.

Neste contexto, mesmo que a cidade de Guarabira, seja considerada o Centro regional imediato de referência para mais de 26 municípios e até mesmo para outros, que em nosso estudo, se ampliaram para cerca de 35 municípios e suas respectivas cidades. Mesmo assim, Guarabira ainda estaria muito distante da ideia de uma cidade média como previsto pela própria escala populacional com cerca de 100 mil habitantes, quando Guarabira só atinge cerca de 57% dessa marca. Nesse caso, sua fragmentação territorial e populacional atrapalhou mais ainda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Guarabira passou por inúmeras fragmentações territoriais. Delas surgiram novas cidades. Estes desmembramentos ocorreram por intermédio das relações de poder que agem e se materializam no território, enquanto palco material das mesmas (Castro, 2005). Estas relações, em se tratando de Guarabira e entorno, estão intrínsecas a agentes sociais que representam famílias oligárquicas locais, que através de estratégias e de seus próprios interesses e objetivos, administram o poder e, consequentemente, têm controle sobre os territórios.

De acordo com Torres (2011, p. 40-46), termo referente ao parcelamento do território no qual as relações de poder dos novos territórios são definidas e delimitadas. “O municipalismo e fragmentação que aconteceu com o município de Guarabira foi fruto de uma disputa de transpor o poder local”. Nesse caso, Guarabira passou por uma grande contração territorial, gerando novos municípios e novas forças políticas para estes territórios.

A grande área territorial guarabirense que foi suscetível ao surgimento de novos povoados e vilas, além do povoamento sede e as dificuldades de Guarabira em administrar tamanho domínio

de território, com certeza é uma problemática a ser considerada (Torres, 2011). Em uma entrevista realizada por Lucena (2007, p. 35 *apud* Torres, 2011, p. 41-42) a Matinho Alves de Andrade, historiador e docente, discorre que “[...] à medida que esses distritos foram se desenvolvendo, Guarabira não estava conseguindo administrar, sobretudo devido a sua extensão territorial”, ou seja, é muito comum que o desenvolvimento de uma localidade seja focada em sua área central, em detrimento de suas periferias que são afastadas de centro que centraliza e polariza serviços, comércio, maior fluxo de pessoas e etc.

Considerando as explicações já realizadas, bem como a união de determinadas famílias oligárquicas com outros grupos políticos e suas afinidades com os próprios governantes do Estado no decorrer do tempo, traz para o debate das fragmentações territoriais um teor político, isto é, esses processos responsáveis por reconfigurar e reordenar o espaço em novas territorialidades, foram condicionadas por interesses próprios, a fim de não perder controle e domínio político e econômico sobre o âmbito territorial (Soares, 2019).

Apesar de ocasionarem um novo ordenamento territorial que resultam em consequências negativas para os municípios, como a estagnação no desenvolvimento das pequenas municipalidades, a diminuição do FPM, assim como do poder político eleitoral de Guarabira. As fragmentações, todavia, contribuíram na formulação de novas identidades e subjetividades e na consagração de Guarabira na qualidade de cidade polo (Torres, 2011).

O ponto da decaída do poder político eleitoral, já que Guarabira centralizava e abarcava uma grande quantidade de habitantes, sendo mais fácil conseguir um número bem considerável de votos favoráveis em determinado candidato, e após a fragmentação novos ciclos de poderes foram surgindo, havendo uma certa fragmentação do poder e o enfraquecimento do poder de Guarabira. Em suma, a política reverbera e se concretiza, não apenas nas relações sociais, mas no espaço geográfico, principalmente nos territórios enquanto palco do poder e de sua dominação.

Notou-se que Guarabira é apenas um dos muitos exemplos do contexto político brasileiro de um federalismo, e de uma república democrática controlados por oligarquias, o que proporcionou para as configurações espaciais existentes, decisões políticas, atreladas a interesses próprios, marcando, por exemplo, toda uma região, positiva ou negativamente durante o tempo, tornando-se quase impossível desfazer uma estrutura que enraíza no concreto e no subjetivo de cada população.

Apesar das perdas, Guarabira continua influenciando várias cidades ao seu entorno, sendo uma cidade com seu desenvolvimento consolidado, com características comerciais e uma dinâmica urbana voltada a oferecer bens e serviços. A sua localização geográfica centralizada, bem como a chegada do trem no passado e a polarização industrial e comercial, contribuíram para uma estrutura tão fortificada que mesmo depois de ter sofrido os processos fragmentários, continua forte e importante regionalmente, sendo o maior PIB da Região Geográfica Imediata de Guarabira.

Outra conclusão a qual chegamos implica nas perdas territoriais e conseqüentemente populacionais, colocando Guarabira numa situação de grande perda territorial e demográfica, deixando Guarabira fora do recorte ou escala de cidades médias previstas pelo próprio IBGE (2010). Nesse caso, quando somamos a população de Guarabira com cerca de 57 mil habitantes, as dos municípios separados, que representam mais de 60 mil habitantes, teríamos mais de 117 mil pessoas, que se estivessem na formação territorial de antes de 1950, daria a Guarabira a posição de cidade média, tanto em escala regional, quanto em escala estadual e nacional.

A fragmentação territorial num primeiro momento gera muitas expectativas de superação dos obstáculos territoriais, em que os distritos estão fora da sede municipal, mas nem sempre respondem por uma melhor saída, visto que a dinâmica demográfica escapa do controle da sede e, com isso, o poder político também se fragmenta. As disputas pelo controle territorial são cíclicas e exigem muito mais esforços dos grupos de poder. Com o surgimento de novas forças, as disputas são bem mais acirradas. A Geografia Política

(Castro, 2005), é depositária de estudos cada vez mais necessários para entendermos as nossas regiões geográficas e a própria lógica do federalismo municipalista do Brasil, em especial depois dos muitos processos de fragmentação territorial e política administrativa.

Sabemos que o estudo traçou alguns aspectos teóricos, conceituais e metodológicos e que, as escolhas podem ter deixado alguns questionamentos e análises de fora dos resultados. Mas tivemos que reconhecer as limitações de um trabalho monográfico que exige objetividade e direcionamento. Mesmo assim, fizemos o possível para atingirmos todos os objetivos propostos.

A pesquisa deve continuar e nossa intenção é fazer isso em nível de especialização e/ou mestrado, pois o processo de emancipação política e a fragmentação territorial dentro do regime republicano e federalista, quando se coloca o território municipal, em cena, exige novas pesquisas. Ficamos muito interessados em compreender essa dinâmica emancipatória desde o império e das primeiras repúblicas, pois, tanto Guarabira, como outros grandes municípios próximos, tiveram fragmentações muito no começo do processo republicano, mas isso ficará para um outro estudo.

O município de Guarabira, seus poderes constituídos, gestores, empresários e população, precisam fortalecer as bases para um plano de desenvolvimento territorial, urbano e rural, que consiga melhores dinâmicas de atração de capital e de manutenção de sua população, bem como a atração de novos investimentos e efetivação de políticas públicas e privadas que possam reverter seu atual quadro de atraso de crescimento e desenvolvimento local e regional, pois essa também é uma responsabilidade do município considerado como base da região imediata definida pelo próprio IBGE a partir de 2017.

REFERÊNCIAS

ALVEAL, C. M. O. Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das capitanias do norte do Estado do Brasil. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, 2015, 247-263p.

ANDRADE, A. B. **Dinâmica territorial e manutenção do poder em Guarabira, Paraíba**. Orientador(a): Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto. Monografia. (Graduação em Geografia). Guarabira-PB, UEPB/CH, 2017, 44p.

ANDRADE, M. C. **Imperialismo e Fragmentação do Espaço**. São Paulo, Contexto, 1988, 96p.

ARAÚJO, E. Fotografias das microrregiões da Paraíba. Brasil, 2016. Disponível em <<https://www.flickr.com/photos/egbertoaraujo>>. Acesso em 03 de Abril de 2025.

ARRUDA, L. V. **Caracterização de ambientes agrícolas e dos principais solos do município de Guarabira - PB**. Orientador(es):Prof.

Fábio Henrique Tavares de Oliveira; Prof. Djail Santos. Tese. (Doutorado em Agronomia). Areia-PB, UFPB, 2008, 105p.

BARBOSA, G. S. **Emprego e renda: um olhar sobre a economia do município de Cuitegi/PB**. Orientador: Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues. Artigo (Graduação em Geografia). Guarabira-PB, UEPB/CH. 2024, 29p

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, 1.622p.

BORTOLIN, B. C.; SOUZA, J. G. Território e poder: sistema, constructo e alienação territorial. Uberlândia-MG: **Caminhos da Geografia**, 2020, 44-61p.

BRANDÃO, A. F. **Diálogos das grandezas do Brasil**. Brasília-DF : Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, 334 p.

BRASIL, **Decreto-lei nº 311, de 02 de março de 1938**. Regulamenta dispositivos da Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. Presidência da República/Casa Civil: Brasília, DF, 02 mar.1938.

BRASIL. [**Constituição (1988)**]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 03 jun. 2024

BRASIL. Senado Federal. **Jovem senador**. Sítio eletrônico. [2018?] Disponível em: <http://www.senado.gov.br/jovensenador/> Acesso em 04 Jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Cartilha do FPM**. Brasília: Ministério da Fazenda, Mar/2023. Disponível em: <https://cdn.tesouro.gov.br/sistemas-internos/apex/producao/sistemas/thot/arquivos/>

publicacoes/28549_909191/anexos/6_370_978491/Cartilha%20FPM.pdf?v=484>. Acesso em: 06 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Transferências Constitucionais. Brasília: Ministério da Fazenda, 2024. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios>>. Acesso em: 13 set. 2024.

CAMARA, Municipal de Pilõeszinhos. Site oficial, 2025. Disponível em < <https://cmpiloezinhos.pb.gov.br/historia-do-municipio-de-piloezinhos> > Acesso em 03 de Abril de 2025.

CARLOS, A. F. A. Uma leitura sobre a cidade. São Paulo: **CIDADES**, 2004, 11-30p.

CASTRO, I. E. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, 300p.

CATEDRAL DA LUZ. **Dados históricos**. 202-? Disponível em: <https://catedraldaluz.org.br/dados-historicos/> Acesso em: 06 jun. 2024

CONTE, C. H. Rede Urbana: Uma breve abordagem teórica. São Paulo: **GEOATOS- UNESP**, 2014, 76-93p.

CORREA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 302p.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: EDUSP. 2010. 352p.

COUTO, C. G. **Oligarquia e processos de oligarquização: o aporte de Michels à análise política contemporânea**. Curitiba-PR: Rev. Sociol. Polít., 2012, 47-62p.

CPRM – **Serviço Geológico do Brasil**. Projeto de Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea. Diagnóstico do Município

de Guarabira. João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda (Orgs). Recife: CPRM/ PRODEEM, 2005, 24p.

CUNHA, A. G. **História da política guarabirense Guarabira-PB**: 3ªEd. 2017 DicionárioMICHAELIS.2019.Disponível em:<<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/Desmembramento%20/>> acesso em: 06 Jun.2024.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná**. 2006. Tese (doutorado). São Paulo: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006, 505p.

ENES, E. N. S.; BICALHO, M. G. P. Desterritorialização/reterritorialização: processos vivenciados por professoras de uma escola de educação especial no contexto da educação inclusiva. Belo Horizonte-MG: **Educação em Revista**. 2014, 189-214p.

EVANGELISTA, C. F. **Análise geográfica sobre o percurso da cidade de Guarabira/pb e o mercado público**. Orientador: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto. Artigo. (Graduação em Geografia). Guarabira-PB, UEPB/CH, 2022, 49p.

FAGUNDES, M. A. B.; KASPER, L.; SAUSEN, J. O.; ALLEBRANDT, S. L. Cidades Polos: da globalização aos conceitos contemporâneos de desenvolvimento urbano. Boa Vista: **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, 2024, p. 26-51.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2020. 176p.

GONÇALVES, C. U. Geografia Política e poder na gestão do território. Goiânia-GO: **Fragmentos de Cultura**, 2008, 251-263p.

GONÇALVES, F. E. **Cidades pequenas, grandes problemas: perfil urbano do Agreste Potiguar**. 2005. Dissertação (Mestrado). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005, 173p.

GRANGEIRO, W. S. **Aspectos Geoeconômicos de Guarabira/PB enquanto cidade polo**. Orientador: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto. Artigo. (Graduação em Geografia). Guarabira-PB, UEPB/CH, 2019, 40p.

HAESBAERT, R. Definindo território para entender a desterritorialização. In: . **O mito da desterritorialização do “fim do território” a Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 35-89p.

HEGEL, G.W.F. **Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito**. Rio Grande do Sul: Unisinos, Loyola, 2010, 324p.

HERCKMANS, E. **Descrição Geral da Capitania da Paraíba**, João Pessoa-PB: A União e Cia Editora, 1982. 52p.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: Coordenação de Geografia. IBGE, 1990.

IBGE. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007

IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: Coordenação de Geografia. IBGE, 2017 IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões Geográficas intermediárias: Coordenação de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE. Instituto de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/guarabira/panorama>> acesso: 05/04/24

IDEME – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E ESTADUAL DA PARAÍBA. **Mesorregiões**. João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://ideme.pb.gov.br/servicos/mapas-tematicos/mesorregioes.pdf/view>. Acesso em: 12 maio 2025.

LAMEIRAS, A. A. **Desterritorialização e reorganização das geografias pessoais: o caso do desemprego. Ensaio metodológico**. Orientador: Prof. Dr. João Luís Fernandes (Dissertação de Mestrado em Geografia Humana). Portugal, Departamento de Geografia/ Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2013, 67p.

LACERDA, L. M. Federalismo oligárquico e irrepresentatividade democrática. Brasília: **Caderno Virtual**, 2008, 30p.

LUCENA, C. P. N. **O município de Guarabira e sua inserção na Mesorregião do Agreste Paraibano: “uma rainha sem trono”**. Orientador(a): Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto. Monografia. (Graduação em Geografia). Guarabira-PB, UEPB/CH, 2007, 58p.

LUCENA, C. P. N. **O Território em Pedacos e a Formação Microrregional de Guarabira/PB**. Orientador(a): Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto. (Especialização). Guarabira-PB, UEPB/CH, 2008, 55p.

MAGALHÃES, J. C. **Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil**. Distrito Federal: Departamento de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2007, 13-52p.

MARIANO NETO, B. **As oligarquias e o poder local Guarabira**. 2015. Disponível em: <<https://guarabira50graus.blogspot>>

com/2015/08/as-oligarquias-de-guarabira-e- o-poder.html?m=1>
Acesso em: 25 de Mar. 2025

MARTINS, H. T. **A fragmentação do Território Brasileiro: a criação de novos estados no Brasil**. Salvador-BA: CADERNO CRH, 2001, 263-288p.

MEIRELES, P. S. **O centro da cidade de alagoinha/pb e suas transformações espaciais**. Orientador(a): Profa. Dra. Regina Celly Nogueira da Silva. Monografia (Graduação em Geografia). Guarabira-PB, UEPB/CH. 2020, 80p.

MELLO, J. O. A. **Guarabira democracia, urbanismo e repressão 1945/1965**. João Pessoa-PB: A União, 1998, 136p.

MELO, M. C. de. **Itinerário Histórico de Guarabira**. João Pessoa-PB: Artgraf Reproduções e Editora Ltda, 1999, 178p.

MENDES, M.; MIRANDA, R. B.; COSSIO, F. B. **O fundo de participação dos municípios precisa mudar**. Brasília; Senado Brasileiro. 2008. 17p.

MORAES, A. C. R. Bases da formação territorial do Brasil. Vitória-ES: **GEOGRAFARES**. 2001, 105-113p.

MORAES, L. G.; BEZERRA, J. A.; PEREIRA, M. S. B. Desmembramentos territoriais entre municípios paraibanos após a emenda constitucional 57/2008: atores, processos e interesses. Goiânia-GO: **Ateliê geográfico**, 2021, 50-69p.

MUMFORD, L. **A cultura das cidades**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1961, 590p

NASCIMENTO, R. L. X. (Org.). **Caderno de caracterização: estado da Paraíba**. Brasília-DF : Codevasf, 2022.129 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHA. Site oficial, 2025. Disponível em: < <https://www.alagoinha.pb.gov.br/cidade/historia/> > Acesso em: 30 mar. 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI. Site oficial, 2025. Disponível em: < <https://www.aracagi.pb.gov.br/a-cidade/historia> > Acesso em: 30 mar. 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI. Site oficial, 2025. Disponível em: < <https://www.cuitegi.pb.gov.br/a-cidade/historia> > Acesso em: 30 mar. 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA. editorial: **Guarabira 136 anos de emancipação política**. 2024. Disponível em: <<https://www.guarabira.pb.gov.br/noticia/editorial-guarabira-136-anos-de-emancipacao-politica#:~:text=A%20funda%C3%A7%C3%A3o%20da%20cidade%20de,de%20Guarabira%22%2C%20o%20Mons.>>>. Acesso em: 06 jun. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕESZINHOS. Site oficial, 2022. Disponível em: < <https://piloezinhos.pb.gov.br/informa/36/pil-e-zinhos-se-prepara-para-o-encerramento-do-ra-z> > Acesso em: 03 mai. 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRPIRITUBA. Site oficial, 2025. Disponível em: < <https://www.pirpirituba.pb.gov.br/a-cidade/historia> > Acesso em: 03 mai. 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU. Site oficial, 2025. Disponível em: < <https://mulungu.pb.gov.br/historia-do-municipio/> > Acesso em: 03 mai. 2025

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, 270p.

RATZEL, Friedrich. **Géographie Politique**. Paris, Econômica, 1897, 748p.

RATZEL, F. O Solo, Sociedade e o Estado. Revista do Departamento de Geografia; **n.º 2 FFLCH/USP**, 1983, 93-111p.

RODRIGUES, M. J.; SILVA, F. B. Considerações teóricas sobre rede urbana. Jataí- GO: **GEOAMBIENTE ON-LINE. Revista eletrônica do curso de Geografia do Campus Jataí-UFG**, 2007, 49-66p.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, 84p.

SANTOS, E; NASCIMENTO, T. N. A; SANTOS, D. Criação de municípios por emancipação de distritos – Terra Nova do Norte. Vitória-ES: **VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 2014, 14p.

SANTOS, H. G. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. Brasília-DF : Embrapa, 2018, 356 p

SILVA, P. L. F.; SILVA, A. J. Avaliação do uso e ocupação do solo no município de Pilõesinhos-PB, de 1984-2016 utilizando o geoprocessamento. Rio Grande do Norte: **REGNE**, 2017, 48-63p.

SOARES, A. R. **A Geografia Política e o poder das oligarquias em Guarabira-PB**. Orientador: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto. Artigo. (Graduação em Geografia). Guarabira-PB, UEPB/CH. 2019, 41p.

SOUSA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995, 354p.

TANAGINO, P. I. D. O integralismo de Miguel Reale como crítica ao federalismo oligárquico (1932-1937). Juiz de Fora: **Revista de história**, 2019, 138-161p.

VIANA, C. R. F. **Pobreza urbana no município de Pirpirituba-PB.** Orientador: Prof. Ms. Péricles Alves Batista. Monografia (Graduação em Geografia). Guarabira-PB, UEPB/CH. 2013, 46p.

VIEIRA, A. B; ROMA, C. M; MIYAZAKI, V. K. Cidades médias e pequenas: uma leitura geográfica. São Paulo: **Caderno Prudentino De Geografia, 2020, 136-155p.**

WEBER, M. **Ensaio De Sociologia.** Rio De Janeiro: LTC, 1982, 265p.

SOBRE OS AUTORES

Mateus Dos Santos Oliveira

Artista, poeta e atualmente é discente da Universidade Estadual da Paraíba. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, possuindo interesse nas questões, culturais, territoriais, urbanas, de ensino e de Movimentos sociais. Ex-estudante PIBIC, bolsista pela FAPESQ-UEPB entre 2022 e 2023.

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/8572215432901070>

Belarmino Mariano Neto

Possui graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (1993), mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Paraíba (1998), e doutorado em “Doutorado em Sociologia” pela Universidade Federal da Paraíba (2006). Atualmente é professor efetivo da Universidade Estadual da Paraíba, e tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Meio Ambiente e Sociedade,

atuando principalmente nos seguintes temas: geografia, população, vídeo-aula, geografia, território e planejamento, geografia, meio ambiente e ação do geógrafo, agricultura ecológica, desenvolvimento sustentável e geografia meio ambiente ecologia sociedade.

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/2870634336094461>

Sobre o livro

Projeto Gráfico e Editoração	Leonardo Araújo
Capa	Leonardo Araújo
Fotos da capa	Mateus dos Santos Oliveira
Formato	15 x 21 cm
Mancha Gráfica	11 x 16,8 cm
Tipologias utilizadas	Caladea 11 pt

Nesta pesquisa, focamos especialmente no estudo das fragmentações territoriais ocorridas no município de Guarabira/PB. Este município possui um perímetro urbano que engloba uma cidade que polariza e centraliza comércio e serviços e tem o poder de influenciar o seu entorno. Ao analisar tais fragmentações territoriais, as quais ocorreram e se concretizaram por meio de ações políticas realizadas pelas oligarquias locais, enquanto estratégias para continuarem no poder, a pesquisa se propõe a levantar informações atuais sobre as consequências positivas ou negativas deixadas por tais ações fragmentárias sofridas tanto pelo município de Guarabira, quanto pelos municípios emancipados do seu território durante o auge do municipalismo brasileiro.